



Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

VI - julho-setembro/2021



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

Comunica América Latina VI - julho - setembro 2021

Rio de Janeiro – outubro de 2021

Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores e pesquisadoras do NETSAL

ISSN: 2675-9381

Responsáveis editoriais: Alyssa Trotte, Brauner Geraldo Cruz Junior, Daniel Henrique Ferreira, Deborah Moraes Souza Lopes, Giovanna Lucio Monteiro, Hellen Oliveira, Henrique Fonseca Correia, Jefferson Nascimento, Lara Sartorio Gonçalves, Lívia Alcântara, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Meyre Valle Teixeira, Paulo César Limongi, Pedro Demenech, Simone da Silva Ribeiro Gomes.

Revisão: Giovanna Lucio Monteiro e Hellen Oliveira

Diagramação: Mariane Silva Reghim

Capa: Hellen Oliveira

Ilustrações: Matheus Ribs



Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 4 |
| <i>Alyssa Trotte</i> | |
| <i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i> | |
| <i>Jefferson Nascimento</i> | |
| MONITORAMENTO DE PAÍSES | |
| Uma Argentina entre crises políticas e avanços sociais | 8 |
| <i>Giovanna Lucio Monteiro</i> | |
| Território, terra e coca: mobilizações na Bolívia e suas bandeiras ancestrais | 10 |
| <i>Marília Closs</i> | |
| Dependência e morte: o Brasil da pandemia e de Bolsonaro | 12 |
| <i>Mariane Silva Reghim</i> | |
| Chile: uma inflexão na pandemia e na política latinoamericana | 14 |
| <i>Lara Sartorio Gonçalves</i> | |
| A busca pela proteção estatal e a morte de lideranças políticas na Colômbia | 17 |
| <i>Paulo César Limongi</i> | |
| O que está acontecendo em Cuba? Tendências e fraturas políticas no país | 19 |
| <i>Lara Sartorio Gonçalves</i> | |
| El Salvador: do ditador mais <i>cool</i> do mundo à nova criptomoeda | 21 |
| <i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i> | |
| Equador: A combustão social nos primeiros 100 dias de governo | 23 |
| <i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i> | |
| Ampla manifestação convocada por líderes indígenas agita a Guatemala | 26 |
| <i>Lívia Alcântara</i> | |
| Assassinato, desastres naturais e deportações ofuscam movimentos sociais no Haiti | 28 |
| <i>Pedro Demenech</i> | |
| México entre crises: avanços e retrocessos | 30 |
| <i>Deborah Moraes Souza Lopes</i> | |

| | |
|---|-----------|
| Nicarágua: instabilidade democrática, repressão governamental e caos pandêmico | 32 |
| <i>Meyre Teixeira</i> | |
| Migração e direitos políticos em pauta - Panamá no terceiro trimestre de 2021 | 35 |
| <i>Hellen Oliveira</i> | |
| Peru: novas perspectivas em meio a um turbulento começo de mandato | 37 |
| <i>Brauner Cruz</i> | |
| Propaganda e Conflito: As contradições no trimestre da República Dominicana | 40 |
| <i>Henrique Fonseca Correia</i> | |
| Uruguai: Estado ausente, povo em marcha | 42 |
| <i>Alyssa Trotte</i> | |
| Venezuela: um feixe de luz em um cenário sombrio | 44 |
| <i>Jefferson Nascimento</i> | |

LUTAR NÃO É CRIME



Apresentação

*Alyssa Trotte*¹

*Daniel Henrique da Mota Ferreira*²

*Jefferson Nascimento*³

Ao fim de setembro, aproximadamente 1,5 milhão de vidas haviam sido ceifadas pela Covid-19, em sua passagem pela América Latina. O espraioamento da variante delta e delta+ pela região, no último trimestre, foi um dos fatores que fizeram com que o continente mantivesse altas taxas de contaminação.

Felizmente, as taxas de transmissão e de morte tiveram redução significativa ao longo do trimestre devido à ampliação da cobertura vacinal nos mais diversos países, em especial na América do Sul. Comparando a cobertura vacinal, podemos ver que, enquanto países como Chile e Uruguai ultrapassaram os 70% da sua população totalmente vacinada, outros como o Equador e El Salvador já alcançaram mais de 50% da população nessa situação e a Argentina, próxima desse limiar, estava com 49%.

Mesmo com a situação da pandemia melhorando, mantiveram-se os efeitos da precarização da vida na América Latina, especialmente entre os mais pobres em uma região já assolada por debilidades crônicas na proteção aos setores marginalizados. Diante desse contexto, a migração se torna a melhor chance de sobrevivência para muitos grupos. Esse é o caso da população de migrantes de Equador, México e Panamá, que mantiveram processos de migração para outras regiões, especialmente os EUA, em busca de oportunidades. O caso mais emblemático, porém, é o do Haiti que, assolado pelas guerras de gangues e pelo avanço da covid-19, passou por um clima de instabilidade política com a morte do presidente Jovenel Moïses e o subsequente terremoto, o qual ceifou a vida de mais de 2 mil pessoas.

Entre os que não se refugiaram, a indignação se tornou a maneira de lutar contra a precariedade do acesso a insumos e serviços básicos. Observamos, em diferentes países, protestos por conta da alta dos preços ou da escassez de combustível veicular, de energia elétrica e do acesso à água potável. A privatização da água, a propósito, foi tema de intensos debates em El Salvador, após a apresentação de um novo projeto de lei que modifica a gestão dos recursos hídricos.

Os conflitos pela água em El Salvador são exemplares das contradições do modelo extrativista disseminado pela América Latina. O acesso à água é uma luta histórica e universal da região, onde também podemos ver os casos do Brasil e da Bolívia. Assim como ocorreu com a água, em El Salvador, a mineração foi foco de confrontos políticos no Peru, na Argentina, na Bolívia, no Chile, na República Dominicana e na Guatemala. No Peru, além de confrontos por conta da exploração de novos territórios, houve ainda greves em razão dos baixos salários pagos pelas empresas. No acirramento das contradições com a exploração ambiental, os atores sociais mais relevantes são os movimentos camponeses e indígenas. Este último freou o avanço da lógica de acumulação em seus territórios por meio de reivindicações, como o direito à consulta prévia, observadas no Chile e Equador, e os direitos à demarcação de terra.

¹ Mestranda pelo PPGRI-UERJ, integra o NETSAL, GIS/UFRJ e OFRI. E-mail: alyssatrotte@icloud.com/trotte.alyssa@posgraduacao.uerj.br

² Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). Bolsista CNPQ. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

³ Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ, membro do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

O agravamento das condições da população carcerária face à crise sanitária, econômica e social, desencadeou ondas de violência e protestos. Neste trimestre, chama a atenção os eventos ocorridos especialmente no Equador e na Venezuela. No país administrado por Guillermo Lasso, dezenas de presos foram vítimas fatais em embates entre gangues rivais e com a atuação repressiva dos agentes de estado, ocorridos nos meses de julho e de setembro. Tal fato não é novidade na história recente do país, que, em fevereiro deste ano, assistiu a cenas semelhantes, e pouco foi feito desde então para resolver os problemas do sistema prisional. Na Venezuela presidida por Nicolás Maduro, os detentos fizeram greve de fome como meio de chamar a atenção das autoridades para o cenário calamitoso vivenciado dentro das prisões, onde pelo menos 60% da população carcerária sofre de desnutrição grave. No Chile, os presos políticos de etnia mapuche mantêm greves de fome e manifestações pela libertação imediata de todos os presos políticos já se tornaram rotina no país. As cenas de cadeias superlotadas são comuns entre os países da região, nos quais o punitivismo incide de maneira mais cruel sobre os mais pobres e as minorias étnico-raciais.

O aumento da repressão estatal contribui para o agravamento desse quadro. A prisão de ativistas e a criminalização dos movimentos sociais, como visto na Venezuela; a detenção de adversários políticos e de trabalhadores que reivindicam seus direitos, na Nicarágua; e abusos cometidos pelo ESMAD, um esquadrão que compõe a Polícia Nacional da Colômbia, são notícias que estampam os jornais domésticos e internacionais com certa frequência, tal como relataremos nos textos a seguir. Em meio às grandes adversidades impostas pelos problemas estruturais, intensificados pela pandemia, a violência estatal parece ser um dos poucos instrumentos utilizados pelos governos para conter a pressão das ruas.

Neste trimestre, o movimento de mulheres continua a integrar uma frente combativa de força e grande articulação na América Latina e Caribe. A comemoração do 28S pelos feminismos plurais alcançou boa parte dos países da região, com destaque para as mobilizações na Argentina, Peru, Chile, El Salvador, México, Uruguai e Brasil. Marcado como “Dia da Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto”, o 28 de setembro carrega em sua essência uma ampla capilaridade de significados e acontecimentos, tal como constatado na própria dinâmica da conjuntura brasileira, que carrega historicamente no seu 28S o marco do *Ventre Livre*, que passava a considerar livres filhos e filhas de escravos.

No mês de setembro, em uma decisão histórica, a Suprema Corte do México aprova, por unanimidade, a descriminalização do aborto. Torna-se, portanto, improcedente o processo legal e a punição contra mulheres e pessoas gestantes que tenham realizado o aborto no território mexicano. Tal decisão, junto com a descriminalização no Equador, no semestre passado, representa a via judicial como uma tática possível para avançar com os direitos femininos. A conquista na agenda dos direitos reprodutivos e sexuais, expandindo o horizonte que abriu em 2020 com a descriminalização do aborto na Argentina, nos coloca frente a um caminho moroso a se trilhar. O panorama latino-americano e caribenho vêm sendo, em peso, marcado pelos discursos ultraconservadores religiosos e pela ausência deliberada do Estado, que atua dando respaldo àqueles que se posicionam em favor da criminalização, oferecendo pouco ou nulo amparo para mulheres e pessoas com útero. No processo de vitórias, retrocessos e muita luta, os movimentos feministas dão concretude ao que bell hooks⁴ afirmara quando escreveu que não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para homens e mulheres sem que houvesse direito ao aborto seguro e legal.

⁴ hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

As mulheres trans e travestis, em particular, também desempenharam um papel ativo nas mobilizações, com destaque para as uruguaias, que, no final de setembro, saíram às ruas para exigir justiça nos casos de *travestídeos*, crimes que infelizmente são muito comuns em toda a região. Apesar dessa triste realidade, há uma boa notícia vindo de Cuba, onde a população LGBTQIA+ conquistou o direito ao casamento igualitário, uma luta histórica do movimento. Este fato deixa claro mais uma vez que há vetores de transformação que caminham na direção oposta à dos grupos neoconservadores, cujos discursos se pautam em distintas formas de discriminação, dentre elas a homofobia e a transfobia.

A porosidade da extrema direita se manteve uma variável constante observada na região. Neste penúltimo trimestre do ano, observamos os constantes ataques direcionados a trabalhadores, a saúde pública, a educação, a soberania alimentar e tantos outros setores; a política de cerceamento aos direitos sociais e da própria vida, infelizmente, trajam a banalidade da realidade que nos é traçada. Representações desta conjuntura são localizadas em El Salvador, com a atuação do autoproclamado ditador Bukele em destituir poderes para corresponder às suas pautas, no Uruguai, com as medidas de Lacalle Pou para aprovar a LUC a todo custo e no Brasil de Bolsonaro, com casos emblemáticos de corrupção na pandemia.

As movimentações dos grupos de direita também não passaram despercebidos. O 7 de setembro brasileiro foi marcado pela disputa política conservadora pelo "verdadeiro" significado da independência do país; já na Bolívia, a plataforma da direita prestou solidariedade à marcha indígena que ocorreu em setembro, deixando em voga a complexidade de sua atuação. No Chile, com consignas xenófobas e nacionalistas, a *marcha contra inmigración* protagonizou ações violentas contra os migrantes, queimando os poucos pertences que detinham.

Na temporalidade latinoamericana, a crise, antes impeditiva às mobilizações nas ruas, se torna hoje fonte de acirramento dos conflitos e das indignações coletivas. Nesse interregno, onde um novo ciclo ainda não surgiu, mas já se desponta como realidade em diversos países, o Comunica VI observou as continuidades e desafios estruturais que constituem os impasses e as vias abertas pelos movimentos e Estados. A edição, muito bem acompanhada pelas ilustrações de Matheus Ribs, conta com o monitoramento de 17 países feito por nossa equipe, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Desejamos uma boa leitura!

**MONITORAMENTO
DE
PAÍSES**

Uma Argentina entre crises políticas e avanços sociais

Giovanna Lucio Monteiro¹

No terceiro trimestre de 2021, argentinas e argentinos passaram por uma profunda crise política que, juntamente com problemas econômicos e com a pandemia, mobilizaram o debate do processo de primárias eleitorais em setembro. No início de julho, o país ultrapassou a trágica marca de 100 mil mortos pelo coronavírus, o 11º país no mundo e o 5º na América Latina — fica atrás somente do Brasil, México, Peru e Colômbia. Apesar dos números exorbitantes, o país que passou por três devastadoras ondas da pandemia de covid-19 começa a apresentar alguma melhora em seus números, com queda significativa de mortes ao longo do trimestre devido a vacinação, que já imunizou cerca de 48% da população. A aceleração da campanha foi possível devido ao início da distribuição da Sputnik V produzida na Argentina para todo o país, que junto a outras vacinas levou a uma rápida progressão nos números. Por conta dessas mudanças e do concomitante avanço na vacinação em seu vizinho, a Argentina anunciou que a partir de outubro irá flexibilizar a fronteira para visitantes brasileiros. A pandemia, ainda, gerou um episódio marcante entre os países nas eliminatórias sul-americanas para a Copa do Mundo, com o jogo que foi paralisado devido a falsificação de informações de quatro jogadores argentinos. Os jogadores, que vinham da Inglaterra, deveriam ter feito uma quarentena de 14 dias antes de entrar no país, o que não ocorreu e levou a invasão do campo pelos agentes da ANVISA.

Mesmo com a melhora dos números, a crise política tomou conta do país com elementos que transbordam a pauta pandêmica. O escândalo apelidado de Olivosgate, que consistiu na divulgação de imagens de uma festa de aniversário da primeira dama argentina, Fabiola Yáñez, ocorrida durante o período de *lockdown* (julho de 2020), continuou assombrando a popularidade de Fernández (*Frente de Todos*) perto do processo eleitoral. O desrespeito pelo decreto assinado pelo próprio presidente indignou a população argentina, que pede medidas punitivas. A oposição abriu um pedido de impeachment, que possui pouca força política devido a menor bancada no legislativo, e o judiciário buscou medidas para responsabilizações, as quais Fernandez buscou negociar. No dia 12 de setembro a população foi às urnas para as eleições Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias (PASO) expondo a repercussão do escândalo e da crise econômica, que colocou a inflação do país em 51,8% mesmo com as tentativas de Fernández de revertê-la com medidas de incentivo ao consumo. Os peronistas perderam em 18 dos 24 distritos nas primárias e a coalizão Frente de Todos obteve menos de 31% dos votos no país, colocando em risco a maioria no Senado.

A crise se adensou com uma sequência de eventos: cinco ministros (Waldo de Pedro – Interior; Martín Soria – Justiça; Roberto Salvarezza – Ciência; Juan Cabandié – Meio Ambiente; Tristán Bauer - Cultura) deixaram seus cargos à disposição do governo como forma de signalizar seu descontentamento; em seguida, o vazamento do áudio da deputada Fernanda Vallejos – aliada de Cristina – criticando Fernández e se referindo a ele como “doente”, “cego” e “surdo”; horas depois, Cristina Kirchner publicou uma carta aberta em que expunha suas insatisfações com o governo, principalmente quanto à dívida argentina no FMI. Em apoio e contra o governo, manifestantes foram às ruas de Buenos Aires. Fernández pediu para aqueles que se mobilizaram em seu apoio recuassem para que não houvesse uma ruptura maior internamente. Já os manifestantes mais à esquerda, puxados pelo Movimento Sem Trabalho (MST), questionavam as tentativas de acordo com o FMI. A outra

¹ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ com bolsa CNPq. Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI) e pesquisadora no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: giovannamonteiro@iesp.uerj.br

face dessa crise política acentuada pela eleição foi o crescimento dos candidatos de extrema direita, com o libertário Javier Milei sendo o principal expoente e o terceiro mais votado em Buenos Aires.

Outro motivo que gerou mobilizações foram as restrições para a exportação da carne bovina levaram a protestos contra o governo de agropecuaristas, representantes de 164 locais e 19 províncias se dirigiram para San Nicolás para a paralisação. No trimestre, as manifestações contra o projeto de megamineração em Andalgalá chegam a marca de 600 passeatas e a pauta é levada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU para ser discutida. A situação na província se intensificou quando cinco mulheres foram acusadas de cometerem danos ao patrimônio após protestos pacíficos, elas foram presas e a população foi às ruas denunciando o apoio estatal à empresa mineradora. Ainda no que tange a questão ambiental, o Diálogo de Alto Nível sobre Ação Climática nas Américas teve sede na Argentina, e Fernández pediu por financiamento dos países centrais para a América Latina em questões climáticas, uma vez que a região é uma das menores emissoras, porém das mais atingidas pelas alterações.

Em julho, a morte da mulher trans Vicky Nuñez, devido a má conduta policial em um atendimento, impulsionou protestos em diferentes locais no país. O caso ainda está sendo investigado, mas de acordo com os relatos de familiares a jovem estava sofrendo uma crise de pânico e seu companheiro chamou a polícia, que lidou com a situação algemando Vicky. A noite terminou com a morte da jovem por sufocamento. De acordo com ativistas, um problema de saúde mental foi tratado como securitário e não foi a primeira vez que isso ocorreu com uma mulher trans. Por conta disso, protestos foram iniciados em diferentes partes da Argentina (Panamá, Buenos Aires e Córdoba) pedindo para que o caso fosse investigado e por justiça para Vicky, Fátima Barrios e outras mulheres trans que morreram pela ação da polícia.

Ainda com um longo caminho a percorrer, as leis argentinas têm avançado com relação aos direitos das mulheres e da população LGBTQ+. Em agosto, o decreto 476/2021 adaptou a lei do Cadastro Nacional de Pessoas e permitiu a inclusão de uma categoria não binária no Documento Nacional de Identidade (DNI). Para ativistas, esse é apenas um primeiro passo e o desejo principal é que o Estado retire por completo as identidades de gênero das documentações. No mesmo mês, ainda, o governo reconheceu o cuidado com os filhos e a casa como parte do cálculo para a aposentadoria a partir do decreto 475/2021. A medida visa principalmente as mulheres que já atingiram os 60 anos de idade, mas não os 30 de contribuição necessários para se aposentar no país, em grande parte devido à necessidade de afastamento do trabalho remunerado em prol do doméstico. São incluídas também mulheres com filhos adotados e os tempos de licença maternidade. A extensa tradição do movimento feminista argentino tem pressionado o governo e conquistado os principais avanços sociais no país, que foi reconhecido pelas Nações Unidas por suas medidas que buscaram aliviar os efeitos da pandemia para mulheres e população LGBTQ+.

Território, terra e coca: mobilizações na Bolívia e suas bandeiras ancestrais

Marília Closs¹

O trimestre de julho, agosto e setembro na Bolívia foi marcado por grandes mobilizações sociais ao redor de agendas ligadas ao direito à terra, a agendas sócio-ambientais e à produção de coca, planta com grande valor político, religioso, cultural e econômico no país. A mobilização (literal e simbólica) e a reivindicação de bandeiras como a wiphala e a bandeira do patuju mostram que os atores centrais foram setores populares, sobretudo indígenas/originários e rurais, organizados de diferentes formas. Mais uma vez, confrontos físicos estiveram presentes nas agendas políticas, e a pandemia não foi questão central entre as mobilizações.

No dia 25 de agosto, saiu da cidade de Trinidad, no departamento de Beni, a XI Marcha Indígena, com direção à cidade de Santa Cruz de la Sierra. Ao longo do trajeto, a quantidade de manifestantes variou entre 200 e 300 pessoas durante o trajeto, chegou a 700 marchantes no pedaço final e foi composto sobretudo por indígenas das chamadas *tierras bajas* da Bolívia, ou seja, das regiões do Chaco, da Amazônia e da região oriental do país. Dentre as principais reivindicações está a defesa da terra e das áreas protegidas, com destaque para a luta contra o *avasallamiento*, política de ocupação de territórios que, de acordo com os manifestantes, está sendo promovida pelo governo em áreas indígenas e protegidas. A marcha denuncia, também, a destruição dos bosques e biomas, os incêndios, frequentes na Amazônia boliviana, as invasões a áreas indígenas e áreas protegidas e a usurpação e espoliação causadas por projetos extrativistas, que seguem sendo levadas a cabo pelo governo de Luis Arce (*Movimiento al Socialismo*). As demandas também foram entregues a organismos internacionais, como à União Europeia e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A bandeira com o patuju, símbolo das populações originárias das *tierras bajas*, foi presente ao longo de toda a marcha.

Durante o trajeto, quando a coluna chegou à localidade de Ascensión de Guarayos, em Santa Cruz, foi realizada sessão do Parlamento Indígena, mecanismo garantido pela Constituição, da qual participaram representantes de 34 povos indígenas das *tierras bajas*; o Parlamento deliberou questões políticas e infraestruturais da marcha. Foram ressaltadas consignas que enfatizam que estes mecanismos para garantir institucionalidade às lutas indígenas já existem, mas são invisibilizados pelo governo. Campos políticos à direita e à esquerda somaram ou prestaram solidariedade à luta indígena. As plataformas ligadas ao 21F, de oposição ao governo de Luis Arce, uniram-se à marcha na segunda metade de setembro, enquanto partidos de plataforma à direita, como o Comunidad Ciudadana e o Creemos, do qual Luis Fernando Camacho, governador de Santa Cruz, é um dos grandes nomes, também apoiaram os marchantes, trazendo à tona todas as contradições e complexidade da conjuntura. Organizações à esquerda e de luta sócio-ambiental também prestaram solidariedade e somaram esforços, como a Coordinadora Nacional de Defensa de los Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Protegidas. Os marchantes relembrou, também, a memória da repressão à marcha da Chaparina por parte do governo de Evo Morales, episódio que completou 10 anos em setembro. A marcha indígena chegou à cidade de Santa Cruz de la Sierra em 29 de setembro depois de 37 dias de caminhada e, mediante uma carta, solicitaram reunião com autoridades do governo nacional para apresentar suas 14 demandas centrais. No entanto, até o final do mês, não conseguiram se reunir com o governo nacional, apesar de algumas respostas pontuais.

Ainda no plano das lutas sócio-ambientais e territoriais, em agosto foi realizada a Assembleia

¹ Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Pesquisadora e coordenadora executiva do NETSAL. Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Email: mariliacloss@gmail.com

do Povo Indígena Tsiman Mosen, do departamento de Beni, que deliberou por não considerar legítimo o acordo assinado pela Empresa Nacional de Eletricidade, empresa governamental, que autoriza a continuidade de estudos para a construção das hidrelétricas Chepete e El Bala. De acordo com a população local, a construção das represas teria consequências sociais e ambientais graves para o território. Além disso, em setembro as populações do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécura (TIPNIS), após uma série de demandas, conseguiram reunião com María Nela Prada, Ministra da Presidência, para discussão de urgências sociais e ambientais em seu território. No dia 28 de setembro, dia internacional pela descriminalização do aborto, foram organizadas marchas em cidades como La Paz e Cochabamba. Vale notar que uma parte grande das manifestantes usava *pañuelos* verdes e foi recebida com violência policial.

Os movimentos sociais e sindicatos organizados ao redor do MAS tiveram no trimestre agendas de organização interna e ao redor da disputa sobre o golpe de 2019. Em agosto, foi realizado o Congresso Orgânico Nacional do Movimento ao Socialismo, que contou com a direção do partido e representantes dos movimentos do Pacto de Unidade; o congresso aprovou o novo estatuto e consolidou a vitória dos setores ligados ao ex-presidente Evo em um momento de grande disputa interna ao partido. Em setembro, teve início o *Congreso Ordinario de las Seis Federaciones del Trópico de Cochabamba*, que reelegeu Evo Morales como presidente do mais importante sindicato *cocalero* do país. Ocorreram uma série de mobilizações, também, para lembrar a memória das vítimas dos massacres de Sacaba e Senkata, de 2019, sobretudo em função da demissão e prisão de uma série de agentes das forças de segurança pública envolvidos nos casos. A reivindicação da wiphala, bandeira dos povos originários andinos, é pauta constante no campo político. Frente às ofensas à wiphala ocorridas em Santa Cruz em setembro, mais uma vez a bandeira foi trazida como símbolo emblemático da luta contra o colonialismo e o racismo no país.

A produção de coca e a figura do *cocalero*, por outro lado, seguem em disputa. Em setembro, Arnold Alanes foi eleito presidente da Adepcoca, associação de produtores de coca dos Yungas de La Paz, em um pleito tumultuado e bastante questionado. Alanes, ligado ao campo político do MAS, não é reconhecido por uma grande parte das organizações *cocaleras* de La Paz, que destinam sua produção ao mercado de Villa Fatima, território que, há 5 anos, faz oposição ao MAS. A oposição a Alanes reivindica a figura de Armin Lluta como presidente da associação, que ficou dias desaparecido. Após dias de confronto físico entre as partes, com envolvimento da polícia, o que acentuou a violência e deixou mais de 10 pessoas feridas e 15 presas e o uso de material bélico como dinamites e bazucas, sindicalistas ligados a Lluta retomaram o mercado de Villa Fátima. A disputa política pelos espaços de sindicalização, produção e de escoamento de coca têm sido agenda complexa dos últimos anos no país.

Confrontos físicos ocorreram, também, em outros episódios. Exemplos são os conflitos entre movimentos ligados ao MAS e coletivos ligados ao *Comité Nacional en Defensa de la Democracia* (CONADE) no dia 5 de agosto no átrio da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA), após ato convocado pelo CONADE, e no dia 17 do mesmo mês, após o lançamento relatório Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes, sobre a violência estatal do governo de fato de Jeanine Áñez em 2019, também na UMSA. No último trimestre, também foi realizado o *VI Congreso Nacional das Plataformas Ciudadanas del 21F*: a oposição urbana ao MAS e de campos políticos de centro e direita também avançou em seus processos organizativos no trimestre. Ocorreram, também, motins por parte de mulheres encarceradas no presídio feminino de Miraflores, em La Paz, pedindo o fim do que chamam de privilégios que Áñez, presa desde fevereiro, estaria recebendo no complexo penitenciário.

Dependência e morte: o Brasil da pandemia e de Bolsonaro

Mariane Silva Reghim¹

Após o longo período de altas taxas de contaminações e de mortes relacionadas à pandemia de covid no Brasil, desde o mês de julho estamos acompanhando uma diminuição de ambos. Os números, ainda que significativos, seguem diminuindo progressivamente. No início de julho contávamos com aproximadamente 7.100 novos casos e 217 mortes por dia, dados que caíram para 2.400 novos casos e 81 mortes no último dia de setembro; em números totais chegamos a 590 mil mortes acumuladas no mês de setembro. Esta queda pode ser entendida, principalmente, como um reflexo da vacinação, que no momento está cobrindo 71% da população com ao menos uma dose e 42% com pelo menos duas. A despeito do histórico de ameaças infundadas quanto à eficácia da vacina, a população brasileira tem aderido ao plano vacinal.

Os trabalhos da CPI da covid, iniciados em abril, conforme relatado no Comunica V, seguiram durante o trimestre de julho a setembro aqui contemplados. Até o momento são três as principais linhas de investigação: i) as consequências do negacionismo do governo quanto à pandemia; ii) os esquemas de corrupção relativos à aquisição de vacina e iii) a produção de fake news sobre a vacina e a covid. Depoimentos de pessoas consideradas centrais para a compreensão do desenvolvimento da pandemia no país têm sido recolhidos. Até o momento sobressai a centralidade da empresa Prevent Senior, que tem sido investigada por agir ativamente na aplicação do que ficou conhecido como tratamento precoce, pelo uso do kit-covid”, no qual o uso de hidroxicloroquina era incentivado mesmo ciente de sua não eficácia para o tratamento de covid.

O trimestre também manteve um padrão de mobilizações que giram principalmente em torno do presidente, tanto em sua defesa quanto contrárias a ele. Logo no início de julho pelo menos 260 cidades se manifestaram no que foi chamado #3J, no qual a principal demanda levada pelos movimentos sociais foi o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a memória das então 520 mil vítimas fatais de covid no país. Ainda em julho, no 24J, manifestantes foram às ruas reiterar as demandas anteriores tendo como lema “vacina no braço e comida no prato”. Em primeiro de agosto as ruas foram ocupadas por defensores de Bolsonaro, tendo como principal reivindicação a defesa do voto impresso e fazendo outros tipos de denúncia ao processo eleitoral. No outro final de semana, no dia dos pais, houve também uma motociata em Brasília que contou com a participação de Jair. Este repertório tem sido um meio comum de manifestação a favor do presidente, inclusive contando com sua presença, e tem custado até o momento aproximadamente 3 milhões de reais aos cofres públicos.

O 7 de setembro, data de comemoração da independência do Brasil, foi aguardado com certo receio. Desde agosto havia rumores sobre qual seria o caráter das manifestações que foram convocadas pelo presidente como um contragolpe. O feriado nacional foi marcado por atos que exaltaram um patriotismo exacerbado, que também defendiam pautas conservadoras e um *status quo* quanto à política vigente. Houve uma grande quantidade de pessoas nas principais capitais do país. Em Brasília, o ato, que contou com a presença do presidente, foi marcado pelo rompimento do bloqueio por apoiadores do presidente que invadiram a Esplanada. Além disso, celebrando os 27 anos de existência, o Grito dos Excluídos também esteve em evidência, cobrando melhores condições de vida, de alimentação e de vacinação para a população e denunciando a política de morte que tem sido praticada. A data foi seguida de um clima de tensão envolvendo uma possível greve de caminhoneiros no país, que, no entanto, não aglutinou forças suficientes para uma duração duradoura.

¹ Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a CESP. E-mail: marianesreghim@gmail.com

Ainda em setembro ocorreu a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília. O tema do encontro foi “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra” e contou com mais de 4 mil participantes. A marcha, marcada para o dia 8 de setembro, foi cancelada após a Esplanada ser ocupada e devido aos inúmeros ataques que as mulheres sofreram por parte de bolsonaristas. Após meses de mobilização, no dia 15 de setembro o ministro Alexandre de Moraes pediu vista do projeto conhecido como Marco Temporal, tendo a resolução mais uma vez adiada para data ainda desconhecida.

Tendo em vista o aumento da rejeição ao presidente, bem como o conjunto de escândalos que ele e sua família têm se envolvido, políticos e pessoas públicas que até então eram aliados de Bolsonaro começam a se opor publicamente a ele. Alguns grupos de direita, como o MBL e o Vem Pra Rua, que fizeram campanha e que votam de acordo com as políticas do presidente, articularam um ato para meados de setembro para se opor ao Jair Bolsonaro. A busca por uma terceira via, alguém que ocupe um lugar fora do que tem sido chamado como BolsoLula ou Bolsopetismo tem sido cada vez mais evidente. Os atos, no entanto, não lograram levar o povo para as ruas, deixando uma sensação de que a polarização, apesar de mais complexa do que ambivalente, ainda está imperando na disputa política.

As manifestações, que contam com medidas diferenciadas a depender das demandas apresentadas, também têm surpreendido manifestantes que foram presos após participarem de atos. Os casos do manifestante que foi presa após se pronunciar contra a motociclista que ocorreu em Porto Alegre, Rodrigo Pilha, que ficou preso de março a julho em Brasília por pendurar uma faixa escrita “Bolsonaro genocida” e o ativista do Breque dos app, Galo, e sua companheira Gessica Barbosa que foram detidos após manifestação em São Paulo são apenas alguns dos casos..

Além de todas as crises envolvendo a pandemia, a situação econômica do país não apresenta horizontes melhores. O aumento da cesta básica, que em agosto chegou a comprometer 65,32% do salário mínimo vigente, tem impactado a vida e a sobrevivência das/os/es trabalhadoras/es, visto que cerca de 34,4% de trabalhadoras/es vivem com um salário mínimo. Nesse sentido, as iniciativas populares de apoio e suporte como o acesso facilitado ao botijão de gás, distribuição de alimento para famílias que necessitam e a permanência das cozinhas solidárias, já mencionadas nos comunicas anteriores, são ainda aspectos de resiliência e resistência populares.

Em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latino Americana, celebrado em 25 de julho, e conhecido no Brasil como “julho das pretas”, houveram iniciativas pelo Brasil, como a webinar em Porto Alegre organizada pela Frente Negra Gaúcha. A data é um importante momento para ouvir mulheres negras e latino americanas, suas demandas e também celebrar seus passos que já vêm de longe.

Ainda em tom de comemoração, o período contou com a realização dos jogos olímpicos de Tóquio, que ocorreria em 2020, mas foi adiado devido a pandemia. O Brasil festejou com grande entusiasmo cada uma de suas 21 medalhas, das quais 9 medalhas foram conquistadas por mulheres, o melhor resultado do país até então. Nas paraolimpíadas 72 medalhas foram trazidas para o país, de modo que o Brasil ocupou o 7º lugar no ranking geral. O evento também foi importante para debater sobre políticas públicas de esporte e financiamento público de atletas.

No fim de setembro, dia 26, chegamos ao milésimo dia de governo do presidente Jair Bolsonaro. A constatação é de atentados aos Direitos Humanos, grave crise econômica, sanitária e política.

Chile: uma inflexão na pandemia e na política latinoamericana

Lara Sartorio Gonçalves¹

Não há trégua quando falamos do Chile. O momento particular do último trimestre tem sido de mudanças e múltiplas expectativas do porvir. Com a largada da Convenção Constitucional, o aquecimento das campanhas presidenciais e parlamentares e os históricos avanços por igualdade de direitos sexuais e reprodutivos com um primeiro passo na Câmara dos Deputados rumo à descriminalização do aborto e a aprovação no Senado do casamento igualitário, fica evidente um Chile em disputa e em processo de mudança. O momento também parece ser propício, dado que em 27 de setembro as autoridades chilenas anunciaram o fim do estado de emergência vigente desde o início da pandemia de Covid-19. Isso foi possível porque, segundo os últimos relatórios do Ministério da Saúde, 87% da população chilena elegível está totalmente vacinada. Enquanto os países da América Central e Caribe apresentaram aumento no número de casos de covid-19, o Chile constatou os menores índices de infecção e mortes no país (saiu de 6.88 por milhão no início de julho para 0.43 mortes por milhão no último dia de setembro). Além disso, foi o primeiro da América Latina a iniciar a aplicação da 3ª dose, bem como começou a vacinar crianças entre 6 e 11 anos.

O dia 4 de julho marca a história do Chile e do mundo: sobe ao palanque, na posição de presidenta da Convenção Constituinte, Elisa Loncón, mulher mapuche proveniente de movimentos sociais, para proferir as primeiras palavras que inauguram o processo que deixará para trás a constituição herdada da ditadura de Pinochet. A primeira constituinte paritária do mundo, que conta com 77 mulheres e 78 homens, com maioria alinhada à esquerda, ainda que desvinculada de partidos políticos, iniciou seus trabalhos levantando questões de tensão, como o Estado plurinacional e pautas feministas. O futuro é incerto, mas é perceptível que não haverá descanso até que antigas pautas levadas às ruas sejam levadas em conta.

Em um momento em que é globalmente observado um esforço de inversão e apropriação que negam as memórias e traumas históricos dos processos autoritários vividos nos países, a Constituinte avança no sentido de respeitar as incontáveis vítimas da ditadura de Pinochet e da repressão aos movimentos sociais. Ficou acordado pela Comissão de Ética da Constituinte que delegados que negarem as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura de Pinochet ou pela resposta do governos aos protestos de massa em 2019 serão sancionados. Também 15 delegados de direita da Constituinte assinaram uma carta reconhecendo "erros e injustiças" na história do país no tratamento de pessoas indígenas. Uma vitória importante não apenas para o povo chileno e mapuche em luta, mas para o processo histórico vivido atualmente de negacionismo e retrocesso.

As disputas recentes em torno de memórias traumáticas nacionais por experiências com ditaduras, como no caso brasileiro, têm sido preocupantes. O processo de redação de uma nova constituição significa, no Chile, uma possibilidade reparadora em que se reconheça, se enfrente e que finalmente coloque fim ao período da ditadura de Pinochet, que persistiu – e persiste – nas instituições e práticas dos governos chilenos. O 48º aniversário do golpe contra Salvador Allende, 11 de setembro, serviu para recolocar de maneira enfática a centralidade que tem o processo da Constituinte no necessário fim a essa era de violência, autoritarismo e economia privatista.

Como um primeiro importante passo nesse sentido está uma das bandeiras mais repercutidas nas manifestações não apenas de 2019, mas especialmente nas de 2020 e 2021: a reforma das forças policiais chilenas, os carabineros. Nos Comunicas anteriores, os excessos e crueldades dos

¹ Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

carabineros tornaram-se pauta e terminavam por acionar reações populares contrárias às práticas policiais. Nesse sentido, não é de pouca importância que uma das primeiras decisões da Comissão de Direitos Humanos da Convenção Constitucional tenha sido a aprovação de uma reforma que substituiu os carabineros por uma nova força de segurança, comandada por civis e com a missão de policiamento orientada pela doutrina dos direitos humanos.

Um ponto nodal que foi largamente debatido, considerado fundamental para a garantia da democracia no processo de elaboração da nova carta magna, é acerca dos procedimentos norteadores de sua redação. O método é uma disputa fundamental nesse momento para a definição do caráter do novo texto. Boa parte das delegadas concordaram em incluir múltiplas instâncias de consulta popular – incluindo plebiscito – na criação da nova constituição, mas encontraram resistência dos oponentes dos integrantes da direita. Por fim, após longo debate, ficou definido um *quorum* de dois terços dos delegados para aprovar artigos constitucionais.

Não fosse suficiente o agito da constituinte, foram iniciadas também em julho as eleições primárias para presidente, que, em um primeiro momento, surpreenderam pelas candidaturas moderadas à frente nas escolhas. Dois dos maiores grupos políticos elegeram Sebastian Sichel (*Chile Vamos*) e Gabriel Boric (*Convergencia Social*), deixando de fora os nomes mais identificados ideologicamente pelo público com a direita ou com a esquerda. No fim de agosto também foram anunciadas as candidaturas da presidente do Senado, Yasna Provoste, após ser vitoriosa em uma consulta popular, e a do líder do Partido Progressista, Marco Enríquez Ominami, podendo assim significar uma fragmentação importante no setor de centro-esquerda. No último momento, contudo, a figura de uma extrema-direita, José Antonio Kast, que parecia não ter força eleitoral por seu jocoso extremismo, está em popularidade crescente nas pesquisas, o que ressalta maior presença da direita conservadora do país. No dia 24 de agosto foi dada a largada na corrida das eleições presidenciais, contando com nove candidaturas. Em todas as pesquisas divulgadas em meados e no fim de setembro, o candidato à esquerda, do jovem Gabriel Boric, lidera as intenções de voto.

Uma questão que permanece sensível na política chilena é a migração. Denunciado em agosto pelo Human Rights Watch, o governo chileno foi acusado de estar violando as leis internacionais de direitos humanos e deve parar imediatamente com as deportações sumárias de venezuelanos. A violência não se atém somente às instituições, infelizmente, e culminou na aterrorizante ação em que manifestantes chilenos atearam fogo em um campo de migrantes, em Iquique. Cerca de 5 mil pessoas marcharam em protesto à presença de venezuelanos sem documentos. A manifestação ocorreu um dia depois de a polícia evacuar o campo e carabineros entrarem em confronto com migrantes, muitos dos quais foram detidos. Com a crescente xenofobia e hostilidade dos chilenos contra os imigrantes, venezuelanos e haitianos vêm arriscando jornadas migratórias para os Estados Unidos.

As mulheres, por outro lado, movimentaram o Chile no mês de julho tornando o Dia Internacional da Mulher Afrolatina, Afrocaribenha e da Diáspora uma motivação de luta, ações de rua, agendas de formação política e acolhimento, em especial das mulheres migrantes. É marcante, no país, o protagonismo das mulheres nas frentes de luta, sejam elas as manifestações de rua por liberdade dos e das presas políticas, sejam as ações das ollas comunes, as cozinhas solidárias, sejam as pautas mais específicas da luta feminista que vêm assumindo importância histórica nos debates institucionais do Chile, como a descriminalização do aborto, direitos das mulheres encarceradas e o combate ao feminicídio. Dentre as muitas incertezas, o que o trimestre nos permite prever é que os próximos meses serão de ainda mais mobilização popular, com o minguante governo de Piñera, as eleições presidenciais e a marca de dois anos dos protestos de 2019, no Chile.



A busca pela proteção estatal e a morte de lideranças políticas na Colômbia

Paulo César Limongi¹

Em julho de 2021, a Colômbia entrou em uma ascensão no número de casos e na média de infecções. O recorde de ambos ocorreu no dia 26 do mesmo mês no qual tiveram 33.594 novos casos e a média móvel de infectados girava em torno de 29.856. A Colômbia apresentou os piores índices de contágio e mortes por coronavírus desde o início da pandemia, alcançando uma devastadora média de 620 mortes diárias. Acredita-se que a variante Delta tenha sido um dos motivos, além do colapso no próprio sistema de saúde do país, que operou com um total de 98% dos leitos de UTI preenchidos. Contudo, em agosto, ficou para trás o período mais mortal da pandemia. Neste mês, ultrapassaram a terceira onda e obtiveram o menor número de novos casos em quatro meses. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a ampliação da cobertura vacinal, que superou a marca de 25% da população. Contudo, uma pesquisa realizada acerca da demanda de vacinação no país, mostrou que mais de 64% dos entrevistados não estavam interessados em se vacinar e 18,4% consideravam a vacinação perigosa devido a potenciais efeitos adversos.

Em setembro de 2021, ocorreu um dos debates mais importantes para o campesinato colombiano. Por força de movimentos como a Coordenação Nacional Agrária, as autoridades legislativas no país discutiram o primeiro projeto de lei (ato legislativo nº 08 de 2021) que tem como objetivo declarar os camponeses e camponesas como atores sociais e políticos, os quais devem ter suas terras demarcadas e respeitadas pelas forças policiais do país. O autor do projeto de lei, Alexandro López Maya, do Partido Democrático, acredita que o novo projeto adequa a constituição aos novos rumos políticos que o país está enfrentando. Para ampliar a conscientização, alguns movimentos como Associação nacional camponesa José A. Galán Zorro² promoveram debates em torno da reforma agrária e da proteção de lideranças. O projeto de lei ao reconhecer esses sujeitos políticos visa reparar a proteção deficitária que o Estado colombiano oferece às lideranças políticas. Não somente os do movimento pela equidade de distribuição de terras, mas outros líderes políticos foram vítimas de diversos crimes, como tortura, violência de cunho física e psicológica e até mesmo assassinato. A hashtag #Serlídersocialnoesdelito é usada para denunciar alguns casos recorrentes de abuso de polícias e forças paramilitares.

Outro pacote de leis que vai na contramão da proteção da população colombiana denunciado principalmente pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT) é o projeto 99 de 2021. Segundo as autoridades responsáveis pela sua elaboração, o desemprego na Colômbia beirava os 24% e ameaçava os mais jovens que não conseguiam ser contratados pela falta de experiência. Os autores do projeto visavam criar empregos precarizados, ou seja, sem as mesmas condições oferecidas aos trabalhadores com contratos regulares. A chamada lei do contrato de aprendizagem estendida oferece aos jovens já em contexto de fragilidade social devido a administração neoliberal de Ivan Duque, vagas de trabalho sem maiores benefícios como plano de carreira ou até mesmo salário fixo. Tudo isso com a desculpa de ser apenas uma “experiência” ou uma “extensão do que já aprenderam até ali”. Assim, a CUT promoveu uma série de debates que ficaram registrados em *lives* no Facebook ou na plataforma de

¹ É doutorando em sociologia pelo IESP-UERJ. Atualmente, integra os grupos de pesquisa NETSAL, CRELIG E CASA. E-mail: paulocldelima@iesp.uerj.br

² José Antonio Galán foi uma liderança que lutou pela libertação colombiana e foi assassinado pelas autoridades espanholas. Para saber mais, acesse <https://casadelaculturadelsocorro.org/jose-antonio-galan/>. Último acesso em 21 de setembro de 2021.

vídeos do Youtube com o objetivo de conscientizar e debater as implicações que a nova lei irá causar na vida dos jovens.

A CUT também propôs um projeto de lei que visa proteger os militantes que promovem manifestações pacíficas. Como vimos em outras edições do Comunica, durante Elparó, o maior protesto contra a reforma tributária regressiva de Ivan Duque, abuso policial e morte de lideranças políticas, ocorreram diversas mortes e execuções por parte das forças policiais e por parte de forças paramilitares. E, mesmo com a diminuição das atividades do comitê nacional do Elparó, a violência policial continua a ser uma das marcas da vida política no país. Por isso, a nova lei iria garantir a proteção às manifestações pelas autoridades do Estado, sem qualquer tipo de estigmatização seja de filiação a partido, gênero ou classe. Segundo a CUT, a construção do texto está de acordo com os padrões e convenções internacionais que regulam a matéria e que a Colômbia já é signatária.

No âmbito dos protestos urbanos, no dia 9 setembro, dia da morte de Javier Ordóñez, advogado, devido ao abuso de força de autoridades policiais, diversos movimentos tomaram as ruas de cidades como Cali, Barranquilla e Medellín. Apesar da pluralidade de vozes, a bandeira desses movimentos era única: o fim da violência policial. No começo, os manifestantes puderam realizar sua marcha e reivindicar responsabilidade pelo verdadeiro genocídio cometido por forças como ESMAD. Porém, como de costume, o abuso de força policial causou diversos distúrbios e confrontos durante a operação. É válido ressaltar que, somente devido a um vídeo que gravou a brutal execução de Ordóñez foi que dois policiais foram presos e desligados da corporação. Contudo, muitos outros casos, seguem sem qualquer espécie de solução e, com o advento do Elparó, a situação de impunidade dos representantes do Estado colombiano sofreu uma forte escalada. Todavia, tais episódios de litígios entre os poderes da república voltaram a ocorrer. No dia 25 de agosto, a Procuradoria Geral do país abriu um inquérito para investigar o presidente da ESMAD, Edwin Alexander Ochoa, por uso excessivo da força e uma agressão verbal contra membros do Ministério Público. O episódio ocorreu quando funcionários daquele órgão foram inspecionar os equipamentos da ESMAD e das unidades de reação (sedes da instituição policial) para garantir o cumprimento das normas de uso legítimo da força³. Durante a revista, policiais supostamente ameaçavam os funcionários do MP quando eles apontaram irregularidades nos cartuchos de gás lacrimogêneo.

No dia 9 de agosto, se comemora o dia internacional dos povos indígenas, com uma população estimada de 476 milhões de povos, o país conta com um total de 102 e metade delas enfrenta risco de desaparecer. O principal motivo para essa problemática é o abandono estatal, o alastramento da COVID-19 e a presença de grupos paramilitares e empresas extrativistas ilegais. Porém, em entrevistas com lideranças em uma pesquisa das Nações Unidas, foi relatado que o desaparecimento não é somente físico, ele também é cultural. O não-reconhecimento das línguas indígenas e dos costumes de tais povos faz com que as comunidades tenham que se adaptar à cultura da sociedade colombiana, ao espanhol e aos hábitos nacionais.

³ Os episódios de confronto entre as forças institucionais devido a ESMAD se repetem na política colombiana. Em nossa terceira edição, relatamos que a ESMAD criou um imbróglio com o próprio Tribunal de Bogotá devido ao uso excessivo da força.

O que está acontecendo em Cuba? Tendências e fraturas políticas no país

Lara Sartorio Gonçalves¹

Cuba está vivendo, definitivamente, o momento mais difícil desde o início da pandemia. Um contexto em que são somadas às dificuldades econômicas e sanitárias, um significativo aumento do número de contágios e mortes por Covid-19, uma escassez alimentar grave, a ausência de suprimentos médicos necessários e, como desdobramento, uma histórica contestação popular que impõe respostas contundentes para a crise política já instalada. Do início da pandemia ao dia 30 de setembro, a ilha acumulou 7486 óbitos, sendo 50 deles neste dia.

Muitos questionamentos orbitam a condição atual de Cuba e é necessária atenção redobrada ao que se lê. A dificuldade de acesso às informações nos leva a uma encruzilhada em que ora alcançamos uma propaganda desesperada do governo (e apoiadores) de sua própria administração, que atende timidamente algumas das reivindicações colocadas nas ruas, mas sem se referir a esse necessário e já adiado diálogo com a juventude cubana. E, de maneira mais difundida, um ataque perverso e oportunista alinhado aos esforços dos Estados Unidos contra Cuba. "Perverso e oportunista" porque, como abundantemente aventado em Comunicas anteriores, o embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba, recrudescido de maneira deliberada ao longo da pandemia, configura causa central do agravamento da situação sócio-econômico atual.

No dia 11 de julho, ocorreu uma das maiores manifestações na história recente de Cuba. Milhares de manifestantes foram às ruas, em mais de 20 cidades, para protestar contra a escassez de alimentos, a alta dos preços em meio à crise do coronavírus e por "liberdade, pátria e vida". As manifestações foram duramente reprimidas e confrontos ocorreram inclusive entre manifestantes anti e pró-governo, inflamados pelo próprio Presidente Miguel Díaz-Canel, que na televisão e em suas redes convocou os revolucionários ao enfrentamento (vale dizer, o oposto do que fez Fidel Castro nas manifestações de 1994, quando ofereceu escuta e diálogo como respostas). Na contínua disputa pelas rédeas do país, o governo estadunidense, na figura do Presidente Biden, se fez copiosamente presente com declarações oficiais em apoio aos dissidentes cubanos.

As explicações de analistas frente às manifestações são diversas e contraditórias. Desde a Revolução Cubana, mas especialmente quando anunciado seu caráter socialista, em 1962, é certo dizer que informar-se sobre o país é deter-se em contínua e difícil depuração de notícias. Conflitam os interesses entre aclamar e, principalmente, condenar as políticas implementadas por essa pequena e rebelde ilha. Boa parte das motivações para o estopim elencadas nas análises incluem a situação econômica, a fome, a pandemia e os celulares que permitiram acesso às redes sociais. Jornais como New York Times, Wall Street Journal, BBC e AP e Washington Post são alguns dos que apontam o maior acesso à internet como principal causa, "a arma do povo cubano" na defesa por sua liberdade. Na contramão, porém, foi verificada a centralidade de robôs e contas automáticas em disseminar amplamente protestos dispersos, atribuindo-lhes maior dramaticidade às narrativas antigoverno e anticomunismo que apesar de presentes, não representavam de todo a insatisfação popular. O certo é que a fome e as más condições de trabalho, agravadas pela pandemia e o bloqueio, são incontestáveis. E Miguel-Díaz não conta com a herança histórica e apoio que Fidel e Raul Castro detinham.

As manifestações ganharam força contra a repressão, até que se dissiparam em meados de julho. Os ânimos foram relativamente acalmados com o apoio internacional para a distribuição de alimentos e as concessões feitas pelo governo, que passou a reconhecer a relevância da insatisfação

¹ Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

popular. A marca violenta dos dias de revolta, contudo, resultou em feridos, entre eles também os agentes estatais, centenas de detidos (que, em boa parte, permanecem presos) e uma pessoa morta, o que torna difícil acreditar que o momento de estiagem configura calmaria definitiva ao cenário político do país. A dificuldade de diálogo por parte do governo cubano e a inabilidade com a situação, fez com que a resposta imediata fosse desativar a conexão da internet de maneira intermitente nas principais províncias. A medida contribuiu para a disseminação de notícias falsas e endossou denúncias de censura, além de cativar mais uma declaração do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que dessa vez assegurava que seu governo buscava soluções para os cubanos. Quando já não havia expectativa de diálogo, Miguel-Díaz surpreendeu com autocrítica.

O paradoxo da postura estadunidense vem sendo continuamente contestado: se liberdade fosse a preocupação da potência mundial, o país livraria Cuba de suas criminosas sanções do bloqueio. Ganhou proeminência nos debates internacionais, ao longo da pandemia de covid-19, a denúncia do bloqueio econômico mais longo da história e que foi recrudescido ao longo da pandemia na gestão de Trump, e sustentado por seu sucessor Biden, tornando a falta de acesso a suprimentos médicos, o refreamento da produção nacional de vacinas, a escassez de alimentos e a crise econômica agravamentos produzidos por decisões deliberadas dos governos do Estados Unidos (que são, aliás, as principais contestações levadas às ruas nos protestos). Por outro lado, há também pressões internacionais para que o governo norte-americano intervenha de maneira mais definitiva no país. Contudo, é arriscada a leitura de que tudo se explica – e se resolve – a partir do bloqueio. A diversidade de pensamentos em disputa nas ruas e a dificuldade do governo cubano em dar respostas de amplo alcance revelam um processo anterior e caudaloso na relação entre sociedade e Estado. Manifestantes membros do próprio Partido Comunista Cubano foram vítimas de detenções nos protestos e tornaram públicas as dificuldades enfrentadas. Há setores que não correspondem à oposição de extrema-direita financiada pelos Estados Unidos (certamente numerosa e fundamental nas mobilizações recentes, mas não as únicas), as quais vêm sendo continuamente negligenciadas e marginalizadas no seu direito à participação da vida política de Cuba. Um fator importante de se notar é que os bairros em que as mobilizações tiveram início estão entre os mais empobrecidos e traz à tona entraves mais orgânicos à vida dos cubanos hoje.

A disseminação de variantes da covid-19 do país e o aumento no número de mortes e de contágio, que chegou a mais de 6 mil diários, encontra poucas saídas com a dificuldade de distribuição das vacinas pela falta de suprimentos médicos que não chegam à ilha em razão do bloqueio econômico. Por esse motivo, apesar da eficácia de mais de 90% das vacinas nacionalmente produzidas, Cuba começou a aplicar também vacinas chinesas. Mesmo nesse ritmo lento de imunização, a crise enfrentada pelo país cria urgência de que sua principal atividade econômica, o turismo, seja retomada até meados de novembro, quando a expectativa do governo é de que mais de 90% da população esteja vacinada. Uma série de medidas de abertura econômica que fazem parte da *Tarea Ordenamiento* vêm sendo implementadas como saídas de urgência à crise e que abarcam ações como o fim da dupla moeda no último janeiro e a flexibilização de empregos por fora do setor estatal. Em agosto, o governo cubano aprovou legislação permitindo pequenas e médias empresas, além de afrouxar restrições de entrada de produtos trazidos por visitantes à ilha. As mudanças são também tentativas do governo de corresponder às mobilizações no país.

Por fim, é aprovado em Cuba o novo código da família que aprova o casamento igualitário no país. A publicação foi comemorada nas ruas, fruto de uma longa e vitoriosa luta da comunidade LGBTQI+, incansável em seus processos de organização, acolhimento e iniciativas ainda intensificadas ao longo da pandemia de covid-19, conforme Comunicas anteriores assertam.

El Salvador: do ditador mais *cool* do mundo à nova criptomoeda

Simone da Silva Ribeiro Gomes¹

Até o final de setembro, El Salvador tinha 102 mil casos de Covid-19. A vacinação segue em um esquema híbrido, com 1,5 milhão e meio de doses da vacina Moderna doadas pelos EUA e outras tantas pela China, e, compra, com 162 mil doses da Astrazeneca e 100 mil doses da Pfizer. O país contabiliza 53% da população totalmente vacinada e 10% apenas com a primeira dose.

O movimento feminista se fez presente no país que iniciou julho com o acúmulo de 71 homicídios no ano. O adiamento do julgamento do feminicídio de Fernanda Návera, em fevereiro de 2019, ocasionou protestos em frente ao judiciário. Há também um aumento do número de desaparecimento de mulheres, com 464 desaparecidas até o mês de junho. No dia Latino-americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto, 28 de setembro, os Coletivos marcharam em San Salvador, pela descriminalização de uma das legislações mais draconianas do mundo em relação ao aborto. A Mesa Permanente por uma Lei de Identidade de gênero aprovou, em agosto, uma proposta de Lei a ser apresentada à Assembleia Legislativa. Ainda assim, Bukele garantiu que os direitos reservados às pessoas trans, o matrimônio igualitário e o aborto legal estão vetados da Reforma Constitucional, em um anúncio feito pelo Facebook. A anunciada Reforma desagradou amplos setores da sociedade, como distintos sindicatos e a Confederação Nacional de Trabalhadores Salvadorenhos, que realizou um ato contra as modificações propostas, no final de agosto.

São muitas as lutas pelo trabalho - ou pela ausência deste. O Sindicato de Trabalhadores da Assembleia Legislativa (SITRAL) realizou, no início de julho, uma greve de acesso às instalações da Assembleia, em protesto contra as demissões massivas, junto às recentes greves de fome na instituição. Trabalhadores do Sindicato da Saúde (SITRASALUD), realizaram um ato pela normatização das avaliações que implicam na demissão de seus trabalhadores. O Coletivo de Artistas Kuscatan, organizados desde 2017, protestou contra a política de amedrontamento pelos guardas municipais. Já os empregados recentemente despedidos da prefeitura de San Salvador, reunidos no coletivo Movimento de Trabalhadores da Resistência (MTR) realizou atos pela readmissão de seus trabalhadores. Nessa luta, está junto o Sindicato dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa (SITRAL), denunciando as demissões em massa, que desde 1 de maio totalizam 1400 pessoas. Há um Movimento dos Trabalhadores Despedidos (MTD), organizando demandas pela readmissão de milhares de trabalhadores demitidos injustamente desde a chegada de Bukele à presidência, em junho de 2019. Um protesto, em agosto, sinalizou as arbitrariedades do governo frente aos funcionários estatais. Até o final de setembro, prossegue o impasse sobre os mais de 450 trabalhadores demitidos em San Salvador, e o Sindicato de Empleados y Trabajadores de la Alcaldía Municipal de S.S (SITRAMUSS), organizou outro protesto contra as demissões.

Há uma organização, em diferentes frentes, por questões socioambientais no país. A proposta de uma nova lei de recursos hídricos implicou em um ato, em julho, do Foro del Agua, junto à uma Comissão *ad hoc*, para a incorporação de uma Junta de Águas Rurais e Urbanas na lei. Outro protesto foi realizado, com a mesma pauta, no final de agosto. Os coletivos pertencentes à *Mesa contra la privatización del agua*, também realizaram um ato neste mês, em San Salvador, pela inclusão de pontos importantes na nova Lei de Água do país, como a gestão sustentável; água como bem público; separação de licenças; participação pública e regime econômico. Em setembro, o Coletivo feminista

¹ Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. E-mail: simone.gomes@ufpel.edu.br

Y Kawok protestou contra o megaprojeto Ciudad Valle El Angel, pelos diversos riscos às populações locais do projeto².

Uma marcha em 30 de julho lembrou o aniversário do massacre de estudantes da Universidade de El Salvador (UES), em 1975, com a consigna "30 de julio nunca más"! Os doze anos de guerra civil marcaram ambos os lados, não exclusivamente os estudantes, com veteranos demandando a destituição do presidente do Instituto de Veteranos, e em agosto, um aumento em sua aposentadoria. No final de agosto, há uma marcha que reúne ex-combatentes da FMLN e da Aliança Nacional de Veteranos das Forças Armadas de El Salvador, em seu pedido pelo aumento do orçamento em 2022.

No primeiro dia de vigência da Nova Lei Bitcoin, 7 de setembro, ativistas de diferentes coletivos e do FLMN realizaram uma marcha para rechaçar a nova moeda. Concomitantemente, a Coordinadora Salvadoreña del Movimiento Popular se pronunciou sobre as assimetrias tecnológicas dos salvadorenos sem acesso à internet. Ainda neste dia, à noite, cerca de 40km da capital, um grupo de 200 empresários e entusiastas celebrava a implementação, no momento em que o país perdia \$2.7 milhões pela alta volatilidade da criptomoeda. No dia 15 deste mês, aniversário da independência, novas marchas aconteceram contra a implementação do Bitcoin, cuja adoção parece agradar exclusivamente um grupo de empreendedores norte-americanos. Os protestos foram massivos e em distintos locais no país, e a única resposta do presidente foi afirmar que ocorreram atos de terrorismo, perpetrados por vândalos, em protestos supostamente financiados pela comunidade internacional.

A decisão ditatorial de destituir os cinco juízes da Suprema Corte de Bukele, em maio, segue confrontada com resistência. Um grupo de juízes exigiu que as reformas propostas para 2022 - aposentadoria compulsória para juízes com mais de 60 anos ou com mais de 30 anos de serviço - sejam suspensas. As modificações foram sancionadas pelo presidente em 31 de agosto, e denunciadas em uma marcha contra o presidente, por manifestantes em diversos coletivos e juízes recém destituídos, no final de setembro.

O trimestre terminou com o fim a euforia internacional com o presidente, como os veículos estrangeiros sinalizam. A ONU também se pronunciou contra os avanços ditatoriais no país. O tuíte de Bukele afirmando ser o "ditador mais cool do mundo", no final de setembro, foi a sua resposta, recebida com espanto pela comunidade internacional. Seguindo das repreensões dos EUA, importante parceiro comercial, há uma crescente aproximação com a China, que chegou a doar milhões de vacinas para o país. Ocorreram importantes marchas na capital, culminando na Assembleia Legislativa, no final de setembro, com a consigna #El30Marchamos, com a presença de distintos coletivos e lutas, unidos em seu rechaço às novas medidas do presidente.

² O megaprojeto é alvo de distintas manifestações, como pode ser lido nos Comunica III, IV e Y.

Equador: A combustão social nos primeiros 100 dias de governo

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

No Equador, houve uma aceleração vertiginosa no processo de vacinação. Enquanto no início de julho, apenas 1,5 milhão de pessoas, menos de 10% da população, haviam sido totalmente vacinadas, ao final de setembro 9,9 milhões de equatorianos, cerca de 56,2% da sua população, foram totalmente vacinados, o que ajudou no controle das mortalidade. Um alento, pois o mês de julho havia tido um aumento no número de mortes com a chegada de novas variantes no país.

O avanço da vacinação se tornou motivo de comemoração oficial do governo, que conseguiu cumprir sua meta de 9 milhões de vacinados completos em 100 dias de atuação no início de setembro. Parte do esforço pode ser visto nas brigadas de saúde criadas para ir até as comunidades indígenas e campesinas, auxiliando no processo de vacinação e retirando dúvidas que pudessem surgir sobre as doses.

No entanto, o avanço das variantes no mês de julho fez com que o governo declarasse Estado de exceção na província de El Oro e Guayaquil, limitando a entrada e a circulação de pessoas. As condições impostas acabam por estrangular o comércio local, já afetado pela crise econômica do último ano. Com os problemas econômicos, o caminho tem sido o comércio alternativo, apostando no escambo (*trueques*). A iniciativa já aqui comentada, manteve o forte crescimento expandindo para além de produtos básicos, atingindo as dimensões de serviços profissionais, como os de cabeleireiro ou contabilidade, organizando-se a partir das plataformas digitais. A periclitante situação, no entanto, também se manifesta nos números de equatorianos emigrados, sendo este ano o maior na história do Equador a registrar migrações, com o dobro do número de migrações sem retorno em relação ao mesmo período em 2020. A falta de perspectivas gerada pela pandemia catalisou o aumento da migração que já começou a ocorrer quando o México retirou o pedido de visto para o ingresso de equatorianos em seu país, em 2018.

Outra triste marca histórica registrada no trimestre, ligada à crise social, está na explosão de violência no cárcere, acompanhando o vácuo de poder entre as facções. Seguindo o massacre de fevereiro, apontado na edição do comunicada IV, em julho houve uma nova disputa dentro dos presídios, levando à morte de 22 presos e à fuga de 100 prisioneiros (78 recapturados), além da violência contra os policiais na instituição. Só com esse fato, 2021 teria se tornado o ano com maior número de mortes em cárcere, mas em setembro uma nova onda de violência foi instaurada. Ainda que já se soubesse sobre a crise carcerária, nenhuma medida havia sido tomada desde o massacre em fevereiro. Pressionado, o novo governo declarou Estado de emergência, colocou militares para ocupar o primeiro nível e passou a considerar medidas para desafogar os presídios que possuem uma taxa de lotação de 130%. Mas, em 28 de setembro, novos massacres em Guayaquil, na antiga prisão do Litoral, tiveram 24 mortos, encerrando o trimestre sem um apaziguamento alinhado aos direitos humanos na questão.

Ainda que o governo equatoriano tenha avançado a passos largos na direção da vacina, a corrupção ocorrida no auge da pandemia segue tendo consequências políticas e sociais relevantes. Na capital Quito, as denúncias de corrupção acarretaram disputas pela legitimidade do mandato do prefeito Jorge Yunda, do Aliança País. Apesar da sua remoção pelo Conselho Cidadão, a disputa em torno da sua legitimidade para o cargo foi transferida oficialmente para os tribunais, onde interpretações divergentes levaram o caso à Corte Constitucional e se aguarda o julgamento

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Membro do NETSAL. E-mail: danielhmf@iesp.uerj.br

Manifestações contra e a favor do prefeito passaram a ocorrer durante os meses de julho e agosto. No dia 10 de agosto, Cooperativas de táxi e de vendedores de jornais ambulantes — os chamados *voceadores* — se juntaram para defender o governo, enquanto que outros grêmios do setor produtivo reuniram centenas de manifestantes para marchar em direção à Corte Constitucional equatoriana. No dia 26 de agosto, a Frente Unida do Novo Taxismo em Quito puxou as manifestações contrárias ao prefeito.

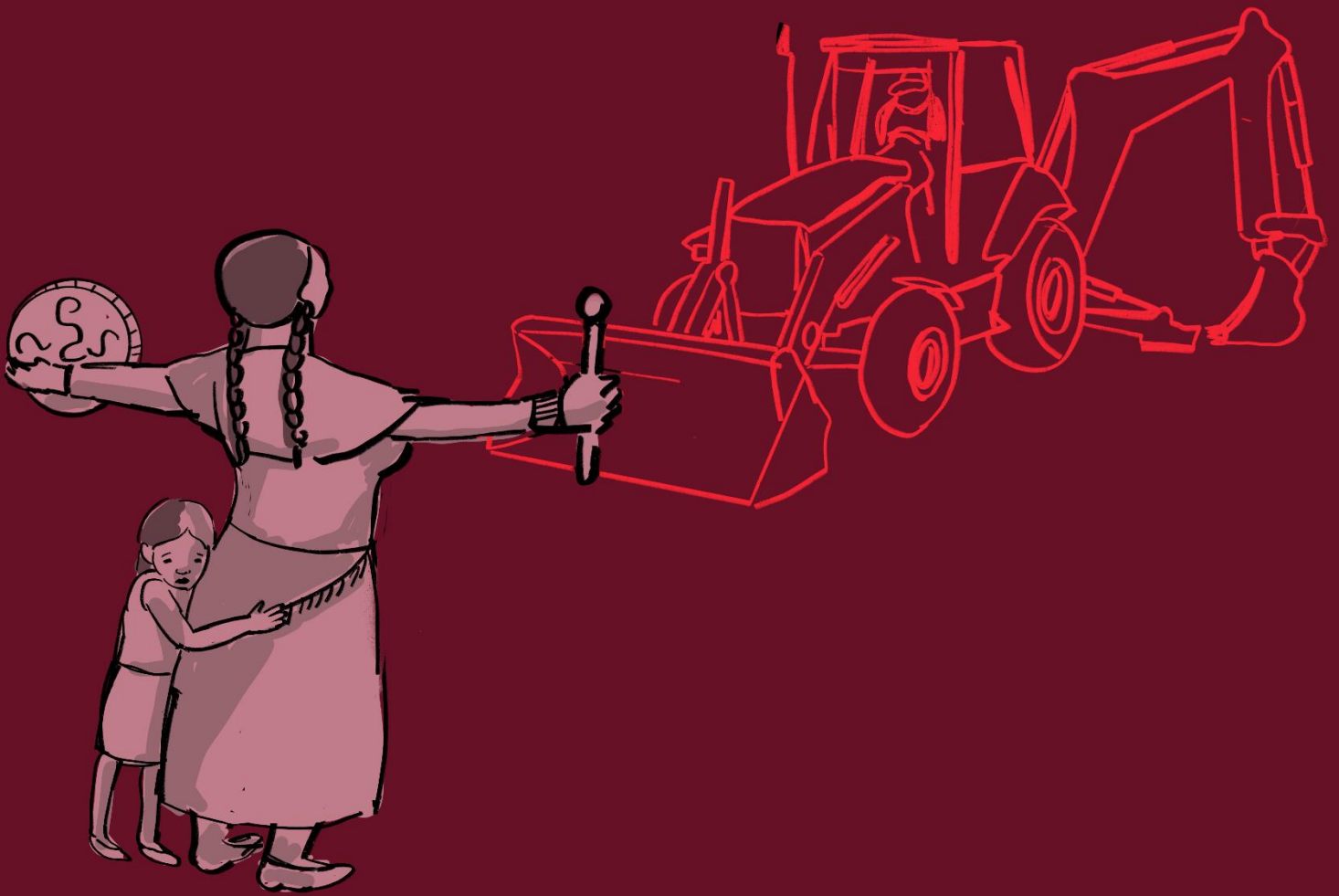
Os movimentos e atores sociais tradicionais da política equatoriana também estiveram presentes nesse trimestre nas ruas e nas redes. Com a eleição de Leonidas Iza à CONAIE, o novo presidente ganhou destaque no programa *la Posta XXX*, *talk show* conservador. Neste, a foto do dirigente indígena era cravejada de dardos, enquanto que, a partir das letras de seu nome, palavras de ódio eram tecidas. O racismo explícito do programa levou a uma indignação geral do setor progressista nas redes, obrigando, devido à repercussão, o próprio Lasso e a emissora a criticarem o conteúdo do programa. Com a repercussão negativa, os apresentadores resolveram cancelar o programa, alegando perda da sua liberdade de expressão.

A batalha nas redes marca as tensões entre grupos conservadores e os movimentos populares. A CONAIE, em especial, ganhou cada vez mais destaque ao vocalizar a crítica contra o aumento dos preços da gasolina, motivo do estopim das revoltas de 2019 e que volta ao centro do debate. No dia 04 de agosto, a organização indígena havia exigido que o governo se manifestasse sobre o preço do combustível, que aumenta o custo dos produtos de primeira necessidade, e sobre a consulta prévia às terras indígenas. Sem resposta, a mesma anunciou que se juntaria aos protestos convocados pela Frente Única dos Trabalhadores (FUT) e Frente Popular, no dia 11 de agosto. Ao protesto também se somaram a Frente de Estudantes Universitários do Equador (FEUE) e a União Nacional dos Educadores (UNE), acrescentando às demandas os direitos da educação pública.

A UNE também se somou aos bloqueios das principais vias de Los Ríos, Santa Elena e Guayas, que ocorriam, majoritariamente pelos camponeses, plantadores de arroz como os de banana. A reivindicação destes segmentos pautou o congelamento do preço dos produtos primários, ao passo que houve aumento nos custos da produção, gerando prejuízos aos pequenos produtores. Os estudantes, por outro lado, lutavam também contra os pedidos de inconstitucionalidade às reformas da LOEI, já comentadas no último comunica. Nessa luta, foi lembrado a greve de fome iniciada por docentes, em 12 de julho, para chamar a atenção à pauta. A greve, inicialmente manifesta em 4 províncias, já havia chegado em 12 províncias quando dos protestos. No dia 12 de agosto, ela finalmente foi suspensa após a Corte Constitucional rechaçar o pedido de inconstitucionalidade apresentado, o que foi considerado uma vitória pelo movimento.

O governo, tentando capitalizar em sua imagem de aberto ao diálogo procurou estabelecer mesas de negociação com os principais movimentos isoladamente. Como contraproposta, CONAIE e FUT reativaram o “parlamento dos povos”, instância de deliberação criada em outubro de 2019 e que fundou parte do projeto “minga por la vida” nas eleições presidenciais. Desta deliberação, decidiram que o diálogo deveria ser coletivo, com todas as organizações, e televisionado.

Sem acordo quanto à proposta, uma nova onda de protestos ocorreu em setembro por conta novamente dos combustíveis e dos preços dos produtos agrícolas. Dessa vez, retirou a ministra da agricultura, Tanlly Vera, e convocou uma rodada de negociação com a CONAIE, marcada para 4 de outubro. Enquanto isso, ao final do mês, manifestações nas redes feministas exigiam no dia 28 a regulação do aborto em caso de estupro, seguindo a decisão histórica da corte constitucional. No retorno a outubro, o governo aposta na conciliação, típica à história equatoriana, como forma de evitar as faíscas para uma nova combustão social.



Ampla manifestação convocada por líderes indígenas agita a Guatemala

Lívia Alcântara¹

A Guatemala entrou na terceira onda da pandemia no meio de junho e os hospitais atingiram níveis de ocupações acima da capacidade em agosto e setembro. O país fechou o mês de setembro com 563.257 casos de Covid-19, quase o dobro do que apresentava no fim de junho. As mortes confirmadas já somam 13.525, segundo o jornal Prensa Comunitária. Até o fim de setembro apenas 13,71% da população havia sido vacinada completamente. De acordo com o *Ministerio de Salud Pública y Asistencia Social*, entre junho e agosto, apenas 2% das mortes foram de pessoas com duas doses da vacina, o que significa que a ampla vacinação teria salvado vidas.

O acontecimento político mais expressivo na Guatemala no último trimestre, e que ainda se desdobra em consequências, foi o paro nacional, uma ampla mobilização com focos em diferentes lugares do país e convocada por líderes indígenas de diferentes etnias. Os motivos são muitos, como o descaso do governo na gestão da pandemia da Covid-19 e a corrupção generalizada. Mas o estopim dos protestos foi a perseguição política ao fiscal anticorrupção Juan Francisco Sandoval. No dia 29 de julho, mais de 200 mil guatemaltecos bloquearam mais de 100 pontos nas estradas, exigindo a renúncia de Alejandro Giammattei² e de Consuelo Porras, chefe do Ministério Público (MP). Sandoval, agora exilado nos Estados Unidos, imputou mais de 250 pessoas por corrupção nos últimos seis anos. Consequentemente, foi perseguido até deixar o país. Para Helen Mark, empresária e ativista contra a corrupção, o exílio de Sandoval simboliza que a corrupção está vencendo.

Por outro lado, para o jornalista Álvaro Montenegro, ativo nas manifestações #JusticiaYa, central na derrubada do presidente Otto Pérez Molina, em 2015, o exílio de Sandoval e as mobilizações aceleraram a organização entre grupos rurais e urbanos, além de ter posicionado os territórios do interior do país no centro das articulações políticas. Como saída para a crise democrática que está instaurada, as autoridades indígenas estão pensando em um conselho diverso que possa coordenar a transição de governo democrática.

As manifestações contaram com ampla cobertura internacional e o caso recebeu respostas globais. Consuelo Porras foi incluída na Lista de Atores Antidemocráticos e Corruptos, proibidos de entrar nos Estados Unidos, e o Grupo de Países Doadores para a Guatemala (G13) pressionou o presidente a garantir a luta contra a corrupção.

O caso ainda é simbólico porque coloca o dedo na ferida dos conflitos de mineração. Uma das principais denúncias de corrupção feita pelo fiscal Sandoval refere-se ao suborno realizado por um grupo de empresários russos da empresa *Maya Níquel* ao presidente Giammattei para conseguir um porto privado no caribe guatemalteco, em Santo Tomás de Castilla. A exploração do níquel no país já leva 60 anos e os conflitos são abundantes. Autoridades Maya Q'eqchi', do município El Estor do estado de Izabal, por exemplo, vem denunciando a exclusão e a corrupção por trás do processo de pré-consulta do projeto de mineração de níquel Fénix, operado pela *Compañía Guatemalteca de Níquel (CGN)* e pela *Compañía Procesadora de Níquel Pronic*, esta última de capital russo.

Além das mobilizações, o desaparecimento de pessoas continua em evidência no país, que enfrentou uma guerra civil de 1960 a 1996. O Diário Militar continua em curso no país,

¹ Doutora e mestra em sociologia (IESP-UERJ) e graduada em jornalismo. Pesquisadora associada do Núcleo de Teoria Social e América Latina, junto ao qual desenvolve pesquisas em ativismo digital. Atualmente trabalha com comunicação socioambiental. E-mail: livia04alcantara@gmail.com

² Esta é a segunda pressão por renúncia sofrida por Alejandro Giammattei. Em novembro de 2020, manifestantes incendiaram o Congresso contra os cortes para saúde e outras áreas, pedindo a sua saída.

julgando militares e policiais responsáveis pelo sequestro e tortura de mais de 183 pessoas entre 1983 e 1985 (ver Comunica V) e acontece também o julgamento de dois ex generais Benedicto Lucas García e Manuel Antonio Callejas y Callejas. Ambos acusados de genocídio contra o povo Maya Ixil, nos anos 80.

Os veículos comunitários do país seguem denunciando as prisões arbitrárias de defensores de direitos humanos, relatadas também no Comunica V. O *script* de criminalização dos movimentos sociais através da judicialização é comum em outros países da América Latina. Alguns casos, como o das quatro autoridades Q'eqchi', do Consejo de Autoridades Ancestrales, apesar de acabarem em arquivamento dos processos, por falta de provas da acusação, significam um desgaste para as comunidades em defesa de seus bens comuns. Em 2010, através de uma consulta comunitária, mais de 18 mil pessoas dos territórios onde vivem estas lideranças, disseram não aos vários megaempreendimentos que assediam suas vidas. O que falta é o respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O país é abundante em conflitos por recursos naturais. No fim de setembro, em Cuyotenango, Suchitepéquez, um protesto pela re-instalação da energia elétrica da empresa Energuate foi duramente reprimido. Campesinos, com suas contas em dia, alegam que o corte do serviço afeta mais de 10 mil pessoas.

O mês de julho foi marcado pelas pelo encontro internacional pela celebração do Dia Internacional da Mulher Afro-latinoamericana, Afro-caribenha e da Diáspora em Livingston, no estado de Izabal. Estiveram presentes lideranças afros dos Estados Unidos, Colômbia, Uruguai, México, Costa Rica, Honduras e Guatemala.

Assassinato, desastres naturais e deportações ofuscam movimentos sociais no Haiti

Pedro Demenech¹

É início de julho e o Haiti continua sendo o único país das Américas sem administrar vacinas. As primeiras 500 mil doses chegariam apenas na primeira quinzena do mês, após doação dos Estados Unidos. Agentes da ONU mobilizaram-se para criar uma logística de aplicação e evitar a perda dessas. Sendo o último país da América Latina e do Caribe a iniciar a vacinação, o Haiti já aplicou 75.220 doses. De um total de 52.788 pessoas (0.46% da população apta para a vacina) que receberam alguma dose da vacina, apenas 22.773 pessoas (0.20%) completaram o ciclo vacinal. Com evidências claras de que os índices haitianos a respeito da pandemia são subnotificados (Comunica V), o Haiti acumula 634 mortes (cerca de 54,9 mortes por milhão de habitantes) de um total de 22.354 casos confirmados.

Em meio a esses índices o Haiti vem experimentando uma espécie de cascata permeada por situações desalentadoras. Na madrugada de 7 de julho, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado em sua casa em Porto Príncipe. Martine Moïse, a primeira dama, ferida no atentado, sobreviveu e foi encaminhada a um hospital. Em 8 de julho, Leon Charles, diretor-geral da polícia haitiana, anunciou a morte de quatro suspeitos do assassinato do presidente. Em 9 de julho, vinte e oito pessoas já tinham sido detidas, dentre elas, 26 colombianos e 2 norte-americanos de origem haitiana. Em 10 de julho, alegou-se o envolvimento de empresas de segurança e que os principais agentes eram militares reformados do Exército da Colômbia. No dia 12 do mesmo mês, a polícia haitiana declarou o atentado como um “crime político” orquestrado pelo médico Emmanuel Sanon, que residia na Flórida, Estados Unidos, há mais de duas décadas, e que chegou um mês antes à ilha.

Contudo, à medida que avançavam as investigações transnacionais, uma série de inconsistências viriam à tona colocando em cheque as afirmações feitas inicialmente pela polícia haitiana. Dentre elas descobriu-se em investigações feitas pela Colômbia que a ordem para matar Moïse partiu de Joseph Felix Badio, ex-funcionário do ministério da Justiça do Haiti. Há também o envolvimento da empresa CTU Security LLC, com sede nos EUA e dirigida por Tony Intriago. Em fevereiro, numa entrevista dada ao El País, Jovenel Moïse afirmou que estaria em andamento uma tentativa de golpe de Estado promovido por oligarquias familiares e empresariais.. A origem desse conflito político, todavia, remonta ao ano eleitoral de 2015, quando Moïse só teve sua vitória reconhecida pela autoridade eleitoral em 2016, um ano após sua vitória. Some-se a essas controvérsias a tentativa da oposição de retirá-lo à força e das decisões tomadas pelo governo de Moïse para evitar sua saída.

Moïse foi eleito com cerca de 600 mil votos, em um país com mais de 11 milhões de habitantes. Ainda em 2020, após uma onda crescente de insatisfação social e de protestos, Moïse decidiu adiar as eleições legislativas. Com isso, a oposição qualificou o governo de "ditatorial", enquanto defendia que seu mandato deveria findar em 2021. A outra dizia respeito às eleições que a princípio estavam marcadas para 26 de setembro deste ano e que previam a escolha de um novo mandatário, a renovação do Congresso e um referendo para a promoção de uma controversa reforma constitucional. Entretanto, por causa da crise política e do desastre econômico ainda em agosto, de acordo com a mídia local, circularam documentos oficiais postergando as eleições para 7 de novembro de 2021.

Após o assassinato de Moïse, quem assumiu inteiramente o governo foi Claude Joseph. No cargo entre 7 e 21 de julho, Joseph condenou o atentado e declarou estado de sítio a fim de restabelecer

¹ Pesquisador do NETSAL- IESP. Bolsista de pós-doutorado FAPERJ Nota 10. E-mail: p_demenech@yahoo.com.br

a ordem. Joseph, entretanto, renunciou ao cargo de primeiro-ministro e reassumiu o seu antigo ministério, e passou o poder para Ariel Henry, nomeado primeiro-ministro por Moïse em 5 de julho, dois dias antes do atentado. Se um presidente morre, a constituição haitiana prevê que o poder executivo passe a ser governado pelo Conselho de Ministros, liderado pelo primeiro-ministro. Sendo assim, Henry, ao assumir oficialmente em 21 de julho, em seu juramento, manteve a promessa de realizar eleições, exigidas pela maioria dos haitianos e pela comunidade internacional. Porém, em 14 de setembro, Henry foi acusado de ter participado do assassinato de Moïse.

O promotor Bel-Ford Claude pediu que o juiz Garry Orélien, responsável pelo caso no Tribunal de Primeira Instância de Porto Príncipe, investigasse Henry como réu no caso do magnicídio. Henry considerou a acusação como “diversionista”, especialmente no momento em que as principais forças políticas haitianas, incluído os partidos de oposição, assentavam as bases para organizar a redação da nova Constituição e as eleições para o próximo mandato presidencial. Assim, está previsto que as eleições ocorram em 2022 e que as autoridades eleitas assumam somente em 2023, um ano após o que havia sido previsto.

Em meio a esses reveses, a situação fica agravada pela violência das gangues em Porto Príncipe que atuam no vazio político resultante da crise política descrita acima. Preocupadas com a situação, organizações de direitos humanos apontam que membros do G9 têm saqueado e incendiado mercados, desalojado pessoas das casas, estuprado mulheres sistematicamente, assassinando pessoas a esmo - além de espalhar e queimar pedaços de seus corpos - pela capital. Na tentativa de reverter essa situação, o governo haitiano solicitou ajuda dos EUA. Porém, em meio ao crescente poder de fogo das gangues devido ao tráfico de drogas, paira a dúvida sobre a capacidade do governo. Além da polícia estar mal equipada e receber baixos salários, pesa o fato dessa categoria ter protestado queimando seus próprios veículos.

Jimmy “Barbecue” Cherizieren, que criou e lidera o G9, por ocasião da morte de Moïse, ameaçou matar as famílias sírio-libanesas que, no caso do Haiti, são associadas à oligarquia política. O discurso de Barbecue e as práticas do G9, supostamente nacionalistas, são na prática xenóforas e apenas mascaram a violência, além de remeter a um passado de violência preenchido pela memória de figuras como Luckner Cambronne (líder dos Tonton Macoute e que, entre 1960 e 1970, tinha por hábito carbonizar e pendurar em praça pública os corpos de quem questionasse sua autoridade) e Guy Philippe. Consequentemente, houve aumento do deslocamento da população interna, fechamento de hospitais e paralisação de entidades como Médicos sem Fronteiras.

Em agosto, o Haiti sofreu dois desastres naturais. No dia 14, um terremoto da magnitude de 7,2 destruiu aproximadamente 137.500 edificações, feriu cerca de 12.763 pessoas e matou outras 2.248. No ano, este terremoto é o desastre natural mais letal registrado. No dia 16, o ciclone tropical Grace, embora tenha perdido força, passou pelo país agravando a situação causada pelo terremoto e atrapalhando a ajuda humanitária.

Já em setembro, a diáspora haitiana tomou conta do noticiário internacional com pessoas retidas no sul do Texas (EUA), sendo intimidadas e lançadas por agentes de segurança. Isso também expôs como o México lida com esses imigrantes que tentam cruzar o Rio Grande em direção ao norte. O presidente Joe Biden, embora tenha assumido a responsabilidade pela perseguição e condenado o desmonte dos acampamentos pelas autoridades locais, não mudou a política imigratória, pois a partir de 19 de setembro lançou planos para acelerar os voos de deportação. O Haiti, uma outra vez esgarçado pela crise política e pela violência das gangues, agora, parece ser testado pelas forças da natureza e pela plasticidade de um povo e uma cultura que se constrói no seu deslocamento pelo mundo.

México entre crises: avanços e retrocessos

Deborah Moraes Souza Lopes¹

Frente à pandemia de covid-19, o México conta com mais de três milhões de casos confirmados e mais de 200 mil mortes pela doença, contudo, o país demonstra certa estabilidade no percentual de novos casos confirmados, assim como segue avançando na vacinação, principalmente para os profissionais da educação, que já somam 82% de vacinados. A maioria dos estados já contam com mais de um milhão de doses aplicadas, apenas os estados de Baixa Califórnia, Nayarit, Colima, Tlaxcala e Campeche que ainda não chegaram nessa marca. No que concerne a campanha de vacinação, todos os profissionais de saúde que estavam na linha de frente da covid-19 estão vacinados, quanto às pessoas maiores de 60 anos e o restante dos profissionais de saúde, 81% estão vacinados, para a população entre 50 e 59 anos e grávidas maiores de 18, o número cai para 77% e quanto ao restante da população, a marca o número chegou a 48% de vacinados.

Um acontecimento que merece destaque é o caso dos migrantes haitianos, recentemente, nos impressionamos com suas fortes imagens sendo açoitados na fronteira com os Estados Unidos. Isso desencadeou um grande fluxo migratório para o México; de acordo com o governo, esta é a segunda nacionalidade que mais entra no país. A crise na fronteira entre os dois Estados acaba afetando de forma significativa a vida desses migrantes, pois por um lado o governo estadunidense os reprime e, por outro lado, o governo mexicano deseja negociar a interiorização voluntária deles para o estado de Chiapas, região onde os haitianos saíram em direção à fronteira, ou seu retorno voluntário para o Haiti.

A alternativa mexicana não os agrada porque há um descontentamento desses migrantes na administração e no recepcionamento de Chiapas, e alegam que a região está lotada e a Comissão de Apoio ao Refugiado (Comar) está em colapso. Além disso, também reclamaram da demora na emissão de documentos e solicitações, como também da quantidade de dinheiro gasto por conta dessa espera. Tendo isso em vista, os haitianos estão dando preferência para a tentativa de cruzar a fronteira para conseguirem ter um estilo de vida melhor. Aos que decidiram ficar, o governo ofereceu uma interiorização para as regiões de Chiapas e Tapachula, onde o governo estruturou novos postos de atendimento para os solicitantes de refúgio. A situação dos migrantes haitianos é complexa, pois muitos que chegam no México solicitando refúgio já possuem esse *status* em outro país, conforme afirmou o chanceler Marcelo Ebrard. Diante do agravamento da situação, o governo mexicano negociou o retorno voluntário de vários haitianos para Porto Príncipe.

Perto da celebração do dia *de la acción por la despenalización del aborto*, que ocorreu em 28 de setembro (28S), a Suprema Corte de Justiça da Nação do México declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade da criminalização do aborto no estado de Coahuila, abrindo então precedentes para uma descriminalização total do aborto. Essa ação é um importante passo para que o direito ao aborto seguro possa ser realidade para os demais estados, isso porque o aborto é considerado um delito de foro comum que é regulado pelos Códigos Penais de cada estado. Atualmente, apenas as regiões de Cidade do México, Oaxaca, Hidalgo e Veracruz permitem o aborto seguro nas instituições públicas e privadas.

De acordo com os coletivos feministas mexicanos, muitas mulheres recorrem às novas tecnologias para que seus direitos possam ser respeitados. É o exemplo do rAborta, um robô que

¹ Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI/UERJ. Pós-graduanda em Direitos Humanos pela PUC-Rio. Integrante do NETSAL, do GT Migrações e Refúgio da Cátedra Jean Monnet/FECAP e co-diretora de Estudos e Pesquisa do Núcleo Feminista de Relações Internacionais (NEFRI). E-mail: deborahmslopes@gmail.com.

opera na Cidade do México, o qual fornece medicamentos para outras regiões onde o aborto ainda é restrito. Essa prática é feita dentro de uma lacuna na legislação mexicana, pois no que tange as leis sobre saúde os médicos estão autorizados a prescrever alguns remédios, como a mifepristone e o misoprostol para o aborto médico.

Durante o 28S, diversos coletivos feministas ocuparam espaços para se debater o aborto seguro e legal para todas, levantando a bandeira pela uniformização dos Códigos Penais dos estados para que nenhuma mulher mexicana possa ficar sem seus direitos. Essa questão é um tema de extrema importância para os coletivos feministas, pois a mortalidade decorrente das complicações dos abortos clandestinos representam, segundo dados do Ipas México, 47% e está concentrado nas seguintes localidades: Estado do México, Cidade do México, Veracruz, Chiapas e Baixa Califórnia.

Além disso, também observamos o acontecimento da *Expo Rodante: Narrativas y Memorias de la Desaparición en México*, uma exposição que contou com a participação do *Comité de Madres de Desaparecidos Políticos de Chihuahua* e do coletivo *La Voz de los desaparecidos en Puebla*. Essa iniciativa teve como objetivo construir novas narrativas e resgatar a memória das pessoas que foram vítimas de desaparecimento forçado no México, assim como de exigir que o Estado seja mais transparente quanto aos processos dessas vítimas, assim como ao amparo às suas famílias. De acordo com os coletivos participantes da exposição, as famílias ainda possuem um sentimento de impunidade, apatia social, além de considerarem que o Estado é ausente e cúmplice desses desaparecimentos.

Seguindo a temática do desaparecimento forçado, desde a identificação de mais um estudante do caso de Ayotzinapa, novos desdobramentos acerca do caso vêm ganhando notoriedade. Após a constatação do envolvimento de militares no caso dos 43 estudantes, o presidente López Obrador decidiu divulgar os depoimentos dos 30 militares que foram interrogados nos últimos anos. Esse ato representou para as famílias das vítimas um certo avanço, entretanto elas reconhecem que ainda há muitos obstáculos e zonas cinzentas acerca do caso. O presidente se comprometeu a trazer justiça para as famílias das vítimas, que já demonstram insatisfação com o Estado frente à condução do caso. Desde o ocorrido, em 2014, os familiares têm a tradição de se manifestar no dia 27 de setembro exigindo a verdade e a justiça, além de uma maior transparência do Estado nas investigações.

Por fim, no que concerne a resistência indígena mexicana, o *Consejo Indígena y Popular de Guerrero-Emiliano Zapata* (CIPOG-EZ) denunciou que cinco de seus integrantes pertencentes a comunidade de Tula foram emboscados e gravemente feridos pelo grupo narcoparamilitar *Los Ardillos*, na rodovia de Ahuixtla em direção à Papaxtla. No entanto, o CIPOG-Z não se surpreendeu com o ocorrido, uma vez que o Conselho já havia feito várias denúncias a respeito dos *Los Ardillos* aos órgãos competentes. Dessa forma, eles responsabilizaram o ataque ao governo de Héctor Flores, governador do estado de Guerrero, ao Ministério Público de Guerrero, além da Guarda Nacional e das polícias estaduais e municipais por terem ignorado as denúncias e, portanto, serem cúmplices com o grupo.

Nicarágua: instabilidade democrática, repressão governamental e caos pandêmico

Meyre Teixeira¹

A pandemia da covid-19 seguiu alarmante na Nicarágua entre os meses de julho e setembro de 2021. Segundo o Confidencial, aumentaram as internações na rede pública e privada em todo o país, o que implicou a abertura de novas salas emergenciais para cuidar desses casos extremos. Existe uma suspeita da circulação da variante Delta na região, mas a falta de reconhecimento do problema pelas autoridades locais sobre as variantes dificulta a sua comprovação. Ainda, o governo da Costa Rica confirmou a chegada de migrantes nicaraguenses contaminados. O que tal quadro sinaliza é uma situação alarmante do vírus no país.

Quanto ao processo de vacinação, até o final de setembro menos de 5% da população (isto é, 286.178 pessoas) foram totalmente imunizados. O dilema está centrado na falta de previsão de aplicação da segunda dose para os/as nicaraguenses, cujo intervalo entre a primeira e a segunda dose está atrasado. Em contrapartida, no mesmo período, a Organização Panamericana de Saúde (OPS) anunciou a chegada de novos lotes de vacinas (38.000 doses da Sinopharm e 233.000 doses da Pfizer) oriundas dos Estados Unidos por meio do mecanismo da COVAX, entre fins de setembro e meados de outubro. A Espanha também divulgou o envio de 499.200 doses da AstraZeneca, através da COVAX. Porém, o povo aguarda o anúncio da vice-presidenta e primeira-dama, Rosario Murillo, para ir aos postos de vacinação e tomar a segunda dose. Recentemente, em meados de setembro, o governo autorizou a vacinação da primeira dose para os adultos maiores de 30 anos e declarou o prelúdio da imunização para as grávidas e os adolescentes que possuem doenças de risco, liberado para meados de outubro, com exclusividade das Pfizer recebidas.

Adiciona-se neste íterim o contexto repressivo aos trabalhadores da saúde que lutam para exercer seu ofício. De acordo com a Anistia Internacional, desde 2018 cresceu a perseguição, a prisão e a censura aos/às médicos/médicas e enfermeiras/enfermeiros nicaraguenses. A postura do governo, avessa às recomendações da Organização Mundial de Saúde, agravou a situação ao coibir o uso do equipamento individual, máscaras e diagnósticos da doença. A falta de um programa de imunização definido e que colocasse toda a equipe da saúde como prioritária, aumentou o problema. Algumas pessoas precisaram exilar-se para sobreviver.

O desaparecimento forçado de muitos e muitas opositores/as ao governo Ortega-Murillo reforça o clima de instabilidade democrática e a violência na Nicarágua. A escalada de repressão governamental ganhou novos contornos com a detenção e a privação da liberdade de mais de 30 pessoas entre o final de maio e o início de agosto, incluindo 10 pessoas cujo paradeiro está oculto, configurado como crime no direito internacional de desaparecimento forçado. Até o final do relatório, não se tinha informações públicas sobre a situação destes presos políticos.

A perseguição política tem sido uma marca do regime atual. Assim, mais pré-candidatos presidenciais sofreram retaliações pessoais e públicas, como foram os casos da prisão do Noel Vidaurre (pré-candidato pela Aliança de Cidadãos pela Liberdade) e do exílio de Maria Asunción Moreno. Vidaurre foi acusado de “minar a independência, a soberania, a autodeterminação e incitar a intervenção estrangeira” e está sob prisão domiciliar desde 24 de julho. Vidaurre é o sétimo pré-candidato presidencial desde junho no período antecedente à inscrição oficial, entre os dias 28 de julho e 2 de agosto, e das eleições, previstas para 07 de novembro. No dia 25 de julho, após ter a sua casa

¹ Mestranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL e do NIMMIN. Bolsista CAPES. E-mail: meyreteixeira@id.uff.br

invadida e destruída por cerca de 30 policiais, a pré-candidata Moreno solicitou o exílio (local não foi revelado) a fim de preservar os seus direitos humanos básicos de liberdade e segurança. A perseguição começou depois do anúncio da sua pré-candidatura pela *Alianza Ciudadanos por la Libertad*, em 10 de julho. Além da invasão domiciliar, dos bens pessoais capturados e das ameaças, Moreno recebeu uma intimação de captura do Ministério Público da Nicarágua (conhecido como Fiscalía). Tudo isso levou Moreno a sair do país a fim de assegurar sua segurança.

A perseguição política do governo Ortega-Murillo está ultrapassando as fronteiras nacionais. Em 11 de setembro, o ativista e exilado João Maldonado foi baleado por uma moto desconhecida enquanto dirigia seu carro, em Escazú, na Costa Rica. Maldonado é dirigente da *Unidad de Exiliados Nicaragüenses* (UEN), organização, radicada na Costa Rica, criada desde 2019 de oposição ao regime Ortega-Murillo. O ataque aconteceu um dia antes do protesto organizado pela UEN contra o governo e em defesa da democracia na Nicarágua. Em resposta, a organização declarou manter a marcha e seguir lutando por justiça e pela democracia.

A escalada de repressão e violação dos direitos humanos do governo nicaraguense alcançou até antigos aliados, como o intelectual e ex-vice-presidente Sérgio Ramirez. Ramirez teve sua prisão preventiva decretada pela Procuradoria da Nicarágua no início de setembro. Acusado de "lavagem de dinheiro, bens e ativos; menosprezo pela integridade nacional e provocação, proposição e conspiração", somado a "incitação ao ódio e à violência", Ramirez contou que enfrentou as mesmas acusações e condenações na ditadura Somoza - que lutou ao lado de Ortega, em 1977, para derrubá-la. O ex-guerrilheiro sandinista identifica semelhanças no abuso do poder e no regime político ditatorial familiar dos governos Somoza e Ortega-Murillo.

As eleições presidenciais e parlamentares de novembro estão marcadas pelo sufocamento da pluralidade democrática, com o silenciamento de candidatos/candidatas e a suspensão da personalidade jurídica dos partidos políticos adversários ao governo sandinista. Para o Centro Nicaragüense de Direitos Humanos, "em novembro não haverá eleições, será uma simulação perversa que fere nossa dignidade e nos rouba o direito humano de escolher e ser eleitos". A possibilidade de farsa no processo eleitoral não é novidade no país. Em 2016, a falta de garantias levou a chapa de oposição organizada pela Coalizão Nacional a renunciar sua candidatura, fortalecendo a chapa da atual gestão. Agora, a supressão de competitividade e de transparência selam a "eleição sob medida" para Ortega-Murillo e "aprofundará ainda mais a crise sociopolítica e de direitos humanos do país".

O caos sociopolítico somado à instabilidade democrática se reflete no crescimento do êxodo nicaraguense, especialmente para Costa Rica (marcado pela sobrecarga dos pedidos de asilo e refúgio), Estados Unidos (marcado pela via ilegal) e México (marcado como país transitório aguardando a autorização para os Estados Unidos). Outro desdobramento da crise têm sido os ataques do governo de forma discricionária às famílias dos presos políticos, às organizações não governamentais e à mídia, buscando minar as vozes dissidentes. A falta de seriedade quanto à gravidade da pandemia da covid-19 ecoa na baixa imunização. No entanto, a luta pela descriminalização do aborto, por liberdade e justiça segue movendo os ativistas nicaraguenses dentro e fora de sua terra natal.



Durante o terceiro semestre de 2021, os panamenhos e panamenhas lidaram com diferentes frentes críticas, que passaram por um aprofundamento devido a pandemia de covid-19. Ainda que o avanço da campanha de vacinação apresente uma melhora nos números de forma geral na América Latina, muitos países, tais como o Panamá, ainda vivenciam aspectos de tensão.

No que diz respeito aos números da pandemia, o país atravessa o mês de julho com uma queda tendencial significativa, e na última semana de julho registrou -23,4% em casos e -22,6% em mortes. Ao fim do mês de agosto esta tendência se repete, com -27,3% casos e - 42,2% mortes. Já em setembro, casos seguem em decréscimo, mas mortes ganham tendência de subida de forma mais proeminente durante o mês de setembro, e isto levanta uma série de questões sobre os fatores de circulação do coronavírus, uma vez que a campanha de vacinação panamenha tem considerável cobertura populacional.

A oscilação na tendência foi vista desde a segunda semana do mês, com queda em casos (-38,2%) e aumento de mortes (+38,2%). Com este cenário, as políticas adotadas pela administração de Laurentino Cortizo (PRD) foram a de cancelamento de grandes eventos e de voos domésticos e internacionais. A população apresenta mais de 30% de cobertura vacinal completa e mais de 50% de cobertura parcial contra a covid-19. Também durante o mês de setembro, o governo federal decidiu por realizar a campanha para a terceira dose de vacina, começando pela população com comorbidades.

A questão migratória na fronteira entre Panamá e Colômbia, fortemente afetada pela conjuntura pandêmica, toma um roteiro crítico e de necessidade de assistência humanitária. Autoridades panamenhas estimam que cerca de 95 mil pessoas tentaram transitar até os Estados Unidos por meio do *Darien Gap* em 2021. Trata-se de um território de selva na fronteira supracitada, no qual o trajeto é considerado altamente arriscado. Estima-se que o aumento do fluxo migratório se dê pelas condições de vida em países próximos que foram fortemente afetados pela pandemia de covid-19 e passam por instabilidades governamentais e violações dos direitos humanos.

O Haiti é um dos países ressaltados pelas instituições responsáveis panamenhas. Após o assassinato de seu até então presidente – Jovenel Moïse (PHTK) – o país vive um período de grande instabilidade política e incertezas quanto a campanha de vacinação contra o coronavírus. A fronteira mais próxima do Haiti seria a da República Dominicana, já que os dois países dividem o mesmo território insular, no entanto o atual presidente dominicano Luis Abinader (PRM) comandou obras para a construção de uma cerca entre as duas nações, que no momento é controlada por oficiais militares e dificulta o acesso de haitianos para o espaço dominicano.

Ao observarmos os números pandêmicos no Panamá, percebemos que o fluxo migratório apresenta desafios institucionais urgentes, uma vez que casos diminuem com o avanço da campanha de vacinação, mas as mortes seguem em alta. Leva-se em conta a possibilidade deste desequilíbrio entre casos e mortes por conta da entrada de pessoas ainda não cobertas pela campanha vacinal em seus países de origem, e sem previsão de cobertura nos países de chegada. Isto agrava ainda mais a crise humanitária vivenciada pelos grupos migrantes. Não obstante, oscilações entre casos e mortes ocorreram anteriormente, antes do período em que a questão migratória estava em evidência.

¹ Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, membro da PSN Brasil, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

Por consequência, tal questão acende o alerta para debates sobre o acolhimento migratório e a necessidade de pensar políticas globais, e não apenas nacionais, para a contenção da covid-19 e proteção de pessoas, principalmente em situação de vulnerabilidade. O temor do crescimento da xenofobia por conta das iniquidades vacinais deve ser levado em conta, há o risco da responsabilização sobre migrantes pelo aumento do número de mortes, mas esta relação entre entrada de indivíduos em diferentes territórios e oscilação dos números pandêmicos não é causal e não deve ser lida desta forma.

O mote necessário é a investigação das formas de acolhimento e cobertura vacinal para todos os indivíduos - residentes fixos ou não - nos diversos países, dentre estes o Panamá. No caso de haitianos em território panamenho, os relatos são de abandono e violação de direitos humanos, trata-se de uma situação de falta de água, locais de habitação e condições sanitárias. O território que visam atravessar - *Durian Gap* - corresponde ao trajeto de seis dias andando, em mata fechada e sem qualquer condição de comunicação. Estes fatores somados à escassez de insumos e a crise sanitária tornam a situação insustentável.

No dia 11 de agosto, Panamá e Colômbia chegaram a um acordo sobre a recepção de migrantes, cada país irá receber cerca de 650 pessoas diariamente, em uma tentativa de contornar a situação crítica que se acentua em sua fronteira comum, no entanto, conforme os dados apresentados anteriormente, não se sabe se este número acordado irá suprir as necessidades dos transeuntes, tampouco se existem campanhas auxiliares de acolhimento para os mesmos.

No que tange a questão indígena, durante o mês de julho, povos das comunidades Usdub e Ogobsuggun entraram em conflito por conta do território da região do Centro Geral Nele Kantuele. Uma comissão foi formada a partir dos Congressos Gerais de Kuna Yala e representantes das comissões culturais, junto ao secretário Balbino González, se deslocaram até a região para assistir as lideranças das duas comunidades na busca de um acordo pelo uso comum do território. Os Congressos Gerais, em nota, afirmaram que os povos de Kuna Yala coexistem em harmonia há muitos anos, e é de interesse coletivo que a tranquilidade se mantenha.

Entre os dias 26 de setembro e primeiro de outubro realizou-se a terceira sessão anual do Congresso de Cultura dos povos de Kuna Yala, na cidade de Dubwala. Além das sessões dedicadas à memória, prática e preceitos da cultura e da espiritualidade das comunidades, foram organizados uma série de debates que dessem conta dos principais problemas dos territórios de acordo com seus moradores, além da avaliação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas panamenhos no último ano.

As mobilizações feministas no Panamá durante o terceiro trimestre de 2021 tiveram como foco a campanha pelo aborto legal e seguro e o levante contra a mudança no código eleitoral panamenho que visava retirar uma série de artigos que garantia a paridade de gênero tanto nas organizações partidárias quanto nas representações das casas legislativas. No dia 14, o coletivo *Tremendas Panamá* lançou uma campanha nacional sob a *hashtag* #sinnosotrasnohaydemocracia, para denunciar os retrocessos do conselho deliberativo que visa excluir uma série de cláusulas em prol da participação das mulheres e de demais minorias no processo eleitoral e no processo decisório pós-eletivo. No dia 23 diversos movimentos sociais - tais como indígenas, feministas, sindicais e estudantis - protestaram em frente à Assembleia Nacional do Panamá, localizada na Cidade do Panamá, contra as reformas. No dia 30 de setembro, coletivos como a Coalizão Internacional de Mulheres Feministas - CIMUF Panamá - se uniram para o Dia de Ação Global para um Aborto Legal e Seguro, com uma série de campanhas de conscientização e acolhimento.

Peru: novas perspectivas em meio a um turbulento começo de mandato

Brauner Cruz¹

Seguindo tendência dos vizinhos sulamericanos, o Peru viu sua taxa de contágios e mortes decorrentes da COVID-19 desacelerar de julho para setembro. O país, que antes convivia com média móvel de mortes pela doença beirando a casa do milhar, hoje tem números diários variando entre 30 e 40 mortes. Em termos de casos, a média móvel fica na casa dos 800 por dia, sendo que, no pico do contágio, em abril deste ano, beirava os 8.000 casos. A vacinação pode ter um peso importante nesses avanços. Em 30 de setembro, o número de vacinados com ao menos a 1ª dose quase dobrou, chegando a quase 16 milhões e correspondendo a 48,4% da população nacional. Os que estavam completamente imunizados totalizaram, ao final do último mês, 10.911.644, um pouco acima de 33% da população total². É importante frisar que os números ainda são tímidos, considerando os percentuais mais avançados dos vizinhos Equador, Brasil e Chile. Além disso, a variante Lambda, o avanço da Delta e a constatação da Delta Plus, notificada em Lima, seguem preocupando a população.

No cenário político, os últimos meses seguiram movimentados. No começo de julho, ficou evidente que os apelos jurídicos de Keiko Fujimori não iriam reverter a vitória eleitoral de Pedro Castillo, que passou a pensar em sua equipe ministerial e a sinalizar à direita e setores liberais do país que não pretendia romper com certos preceitos da política econômica e do desenho institucional nacional. Assim, Castillo acenou para o “mercado”, ao pedir que o presidente do Banco Central, Julio Velarde Flores, há 15 anos no cargo, permanecesse à frente da instituição. Mais adiante, quando estava prestes a assumir, veiculou uma notícia de que planejava um gabinete ministerial de ‘tecnocratas’, com uma linha moderada na economia.

Finalmente, em 28 de julho, Castillo tomou posse como presidente pelo partido Peru Livre, prometendo vacinar 70% da população até o final do ano e uma ampla reforma constitucional, medida que assustou os setores liberais e de direita que buscava apaziguar. Na votação para presidência do Congresso, a oposição venceu a disputa, com o apoio do partido de Keiko Fujimori, Força Popular. A presidente será Maria del Carmen Alva, do Ação Popular, considerado de centro.

A nomeação de Guido Bellido para presidência do Conselho de Ministros, cargo mais importante do gabinete ministerial, gerou protestos de amplos setores da sociedade peruana, uma vez que Bellido foi filmado relutando-se a considerar membros do grupo Sendero Luminoso como terroristas. Tal declaração fez com que os ministros cotados para assumirem as pastas da Economia e da Justiça, Pedro Franckle e Aníbal Torres, respectivamente, fossem convencidos a não desistir da ideia. Para isso, ficou prometida moderação no discurso de Bellido e menor intervenção de Vladimir Cerrón, presidente do Peru Livre e principal aliado do primeiro-ministro, nas decisões do executivo.

O gabinete liderado por Bellido, apesar da oposição à sua nomeação, conseguiu aprovação do Congresso, por 76 votos a 50, gerando alívio à base governista, pois tal aceitação era condição para seu funcionamento. Em 17 de agosto, porém, Castillo teve de aceitar a primeira renúncia de um ministro. Héctor Béjar, chanceler peruano, havia declarado, sem provas, que a Marinha de seu país tinha sido responsável por iniciar o terrorismo no Peru. Béjar ainda mencionava que a CIA havia financiado insurreições no corpo militar e patrocinado o Sendero Luminoso. A repercussão tornou insustentável a permanência de Béjar à frente das relações internacionais do país. Ele foi substituído por Óscar Martua, que é diplomata de carreira e havia sido chanceler há 15 anos.

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do Grupo CASA. E-mail: brauneracruz@iesp.uerj.br

² Dados extraídos da Plataforma JHU CSSE COVID-19 Data.

Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19> Acesso em 10 de out. 2021.

O nome de Guido Bellido voltou a ocupar os jornais e, desta vez, repercutiu no movimento feminista peruano. Numa disputa pela ocupação de um escritório, Bellido se desentendeu com a terceira vice-presidenta do Congresso, Patricia Chirinos, proferindo falas machistas ao sugerir que ela deveria “casar-se” para se ocupar de questões mais importantes. E, ao ouvir dela que ela havia sido casada, divorciada e enviuvada, teria dito que faltava apenas ser estuprada.

Outra grande repercussão recente foi a morte, por complicações de saúde, de Abimael Guzmán, o camarada Gonzalo, líder do *Sendero Luminoso* e condenado à prisão perpétua por envolvimento na morte de 30 mil peruanos. Seguiu-se uma discussão sobre o que deveria ser feito com seus restos mortais, no que venceu no Congresso a proposta de cremação secreta, para evitar que um eventual túmulo fosse alvo de seguidores do líder considerado terrorista pela lei peruana.

Em 28 de setembro, Dia Mundial na Luta pela Legalização do Aborto, houve presença de grupos e coletivos feministas nas ruas de Lima, em frente ao palácio da Justiça, empunhando bandeiras e lenços verdes. Nas redes, reuniram-se nas *hashtags* “28S” e “AbortoLegalPeru”. Ainda em 28 de setembro, o movimento LGBT do país comemorou um feito histórico, já que pela primeira vez no país uma mulher trans pôde ser reconhecida pelo nome e pelo sexo com o qual se identifica em seu documento de identidade, o DNI. No dia seguinte, um grupo de mulheres vítimas de esterilizações forçadas durante o governo de Alberto Fujimori foi hostilizado por homens fujimoristas ao protestarem por justiça e reparação.

No âmbito dos conflitos entre trabalhadores e companhias mineiras, houve uma greve iniciada em 23 de setembro, feita por trabalhadores da empresa Santa Luisa na Unidade Mineira de Huansala, por salários justos e melhores condições de trabalho. A demanda envolveu conversas com o Vice-Ministro do Trabalho, mediada pela *Federación Minera del Perú*. O *Corredor Minero del Sur*, importante via de escoamento de produtos, tem passado por uma série de bloqueios por direitos dos trabalhadores e das comunidades indígenas locais. Comunidades de Chumbivilcas iniciaram, ainda em agosto, bloqueios demandando uma série de direitos em relação à companhia mineira Las Bambas. Desde então, segue uma série de conversas, acordos, interrupções e retomadas dos bloqueios, diante da ausência de uma solução. Comunidades da zona de Espinar também bloquearam o Corredor, inclusive, pedindo pela saída de Guido Bellido do cargo de primeiro-ministro e a inclusão de outro interlocutor governamental. Eles demandam, entre outras pautas, processos de consulta sobre o projeto mineiro *Antapaccay Expansión Tintaya- Integración Corocchohuayco*. Houve, ainda, uma paralisação preventiva na região de Apurímac pelas comunidades locais afetadas por atividades econômicas no mesmo corredor; um protesto em Lima, de trabalhadores da região de Pasco, que reclamam a retomada de seus postos de trabalho; e a repressão policial violenta a trabalhadores de Huancayo que estavam em greve e protestavam contra as condições laborais da Compañía Minera Argentum-Morococha.

Em meio a um conturbado panorama, novas perspectivas se colocam para a sociedade peruana. Primeiramente, o Yanapay, um subsídio de 85 dólares, foi anunciado por Pedro Castillo, beneficiando mais de 13 milhões de pessoas. Frente a altas históricas do câmbio, da eletricidade, gás e alimentação, pode ter impacto positivo significativo e estrutural. E, no lado político, outra onda já se anuncia para o gabinete ministerial. No começo de outubro, Bellido renunciou diante de mais escândalos e pressões por sua saída. Para seu cargo, foi escolhida Mirtha Vázquez, ex-presidente do Congresso e uma advogada ambientalista e defensora dos direitos humanos.



Propaganda e Conflito: As contradições no trimestre da República Dominicana

Henrique Fonseca Correia¹

O terceiro trimestre de 2021 marcou uma tendência geral de queda nos números da covid-19 na República Dominicana, tanto em termos de novos casos quanto de mortes registradas. A primeira semana de julho confirmou 4.677 novos casos da doença, o que representou uma queda de 25,82% com relação à semana anterior. O ritmo decrescente no número de novos casos se manteve até a semana do 23 de agosto, quando houve um leve aumento de 1.677 da semana anterior para 1.983 (+18,25%). A última semana do trimestre fechou com 1.521 casos. Com relação aos dados relativos a mortes ocasionadas pelo coronavírus notou-se uma maior oscilação. A primeira semana de julho contabilizou 37 mortes, equivalente a 33,93% de queda. Houve alta nas semanas de 26 de julho (18,18%), 16 de agosto (550%), 23 de agosto (38,46%), 13 de setembro (550%) e 27 de setembro (37,5%). Os expressivos aumentos das semanas de 16 de agosto e 13 de setembro deve-se ao fato de que as semanas anteriores registraram apenas duas mortes pela doença, fazendo com que qualquer elevação provoque um significativo impacto percentual.

A vacinação no país saltou de pouco mais de cinco milhões, no dia 2 de julho, para 6.069.351 de pessoas até o final de setembro, o que corresponde a 55,9% da população com ao menos uma dose. O complemento da imunização passou de pouco mais de três milhões (27,9%) para 4.907.894 de pessoas (45,2%) no mesmo período.

No dia 9 de agosto canavieiros se reuniram em frente ao Palácio Nacional para cobrar as pensões prometidas pelo governo Abinader (Partido Revolucionário Moderno - PRM), mas que não foram entregues. A manifestação foi encabeçada pela *Unión de Trabajadores Cañeros* (UTC) e contou com o apoio de diversas organizações nacionais e internacionais. Além do não cumprimento da promessa, os trabalhadores denunciaram retrocessos como a suspensão de centenas de pensões e a perseguição de lideranças. No mesmo dia, aconteceram ainda duas outras mobilizações, a primeira foi a de motoristas pela *Federación Nacional de Transporte la Nueva Opción* (Fenatrano) que exigiram o pagamento de uma dívida do governo com os mesmos. A segunda foi a de moradores de Arroyo Hondo de Baní que denunciaram as diversas demolições realizadas pelo governo que estão pressionando o déficit habitacional.

No dia 29 de agosto ocorreu em São Domingos a caravana do orgulho LGBTQIA+ organizada pela *Red de Voluntarios de Amigos Siempre Amigos* (REVASA) e *Amigos Siempre Amigos* (ASA). A marcha foi marcada pelo protesto contra o novo código penal em debate no Congresso Nacional que eliminou a orientação sexual e a identidade de gênero do texto que tipifica a discriminação e suas sanções como visto na última edição do Comunica. O resultado da *Encuesta Nacional LGBTI 2020* foi lançado no dia 26 do mesmo mês e seus alarmantes dados das condições de vida da comunidade na República Dominicana também foram tema da caravana. Dentre eles, 96,7% dos colaboradores afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou discriminação ainda na adolescência.

No dia 19 de setembro diversas organizações sociais foram às ruas para protestar contra o avanço da mineração no país, mais especificamente contra a instalação de uma nova barragem em Peralvillo e o avanço da canadense Barrick Gold na região de Monte Plata. As diversas organizações foram encabeçadas pela Coordinadora Popular Nacional e demonstraram a intenção de barrar o avanço da mineração em prol da defesa das comunidades e da preservação dos rios. Os protestantes denunciaram o ímpeto do governo em se associar aos interesses das empresas e negligenciar os

¹ Bacharel em Ciência Política pela Unirio. Mestre em Sociologia pela UFF. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA - UFRRJ. Bolsista CAPES. Contato: henriquefc@gmail.com

direitos socioambientais dos dominicanos através do uso de estudos de impactos ambientais tendenciosos e alheio às comunidades locais e a especialistas. O avanço da mineração, através da gigante canadense, vem sendo estimulada pelo governo com o objetivo de atrair investimentos para o setor, como se viu pelo anúncio em 9 de julho da busca de um consultor independente que viabilize o aporte de mais de um bilhão de dólares da *Barrick Gold* e a superação da contestação local.

Tal consultoria foi anunciada antes de estabelecer a localização da barragem e ainda em julho, perante o Senado, o ministro de minas e energia Antonio Almonte anunciou que se buscaria uma empresa especializada em localização de represas. Em 17 de agosto, durante uma entrevista, o ministro afirmou o compromisso do governo dominicano em possibilitar a continuidade das operações da *Barrick Gold*, o que provocou críticas de ambientalistas e ativistas no país. Nos protestos contra o megaprojeto, as organizações afirmaram que a rua será seu palco e que a água vale mais do que o ouro.

No dia 29 de agosto, houve ainda uma passeata em *San José de las Matas* contra a represa de *Las Placetas*, organizada pela *Coalición de Organizaciones Socio-Ambientales de la Sierra*. O protesto se deu pelo pedido de licença ambiental realizado pela *Empresa de Generación Hidroeléctrica Dominicana* (EGEHID), a qual já teria sido suspensa em 2012. A coalizão ressalta os impactos ambientais para os rios e ecossistemas da região, bem como para os projetos ecoturísticos das mesmas.

A atuação das autoridades dominicanas na Assembleia Geral da ONU provocou desconfiança e críticas por parte do MST - RD. A fala do Presidente Luis Abinader (PRM) em 22 de setembro se destacou pelo enaltecimento às políticas sanitárias adotadas em seu país e seus resultados positivos. O líder caribenho mobilizou propostas no sentido de ampliar os investimentos externos no país com o objetivo de auxiliar no combate às mudanças climáticas, e ainda a conformação de uma comunidade internacional para intervir no Haiti. O movimento argumenta que tais políticas sanitárias estão calcadas em um nível de investimento abaixo do necessário e que seu viés foi de privilegiar interesses privados ao invés de oferecer uma saúde pública de qualidade. No que diz respeito aos financiamentos, aponta-se que o atual governo pouco faz para preservação ambiental - além de estimular empreendimentos extrativistas degradantes - e que essas injeções financeiras podem causar um crescimento da dívida nacional. Com relação ao Haiti o posicionamento do movimento alega que o Presidente se utilizou de um discurso falacioso e vergonhoso o qual reforçou seu posicionamento racista e xenofóbico perante o país vizinho. Esses temas reforçam a tensão existente entre a administração Abinader (PRM) e setores populares exposta em edições anteriores do *Comunica*.

Durante o terceiro trimestre de 2021, o Uruguai deu continuidade à luta popular traçada no decorrer da pandemia, projetando-se incisivamente através de paralisações, marchas e dos *reclamos* organizados. Neste período, os informes epidemiológicos produzidos pelo *Ministerio de Salud (MSP)* atestaram um decréscimo nas infecções por covid-19. Com 105 novos casos relatados na média diária, as tendências se mantêm no limiar de 3% em referência a maior média, alcançada no dia 09 de abril deste ano. Segundo o relatório do *Sistema Nacional de Emergencias (SINAE)*, publicado em 30 de setembro, foram realizadas 8.145 análises de possíveis infecções, dos quais 119 novos casos foram detectados, apresentando maior incidência de concentração em Montevideo (76 dos citados acima). De acordo com o *MSP*, existem 1.314 casos ativos de coronavírus no país, contando com o registro de uma morte, ocorrida no dia 30. Com mais de 71% da população vacinada com as duas doses, o Uruguai aprova para seu planejamento na área da saúde a aplicação da terceira dose. O país encerrou o trimestre com resultados mais positivos do que o observado em meses anteriores, sustentando uma certa estabilidade nas médias diárias de infecção e de óbito.

Na corrida para derrubar a vigência da *Ley de Urgente Consideración (LUC)*, organizações sociais e políticas superaram o piso mínimo necessário para levar os 135 artigos sancionados a um referendo. As mais de 700 mil assinaturas conquistadas demarcam o que Marcelo Abdala, secretário geral do *Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)*, aponta como “*um marco de sumo respeto y de participación*”. Nesse trimestre, os debates em torno da *LUC* estiveram pautados pelas campanhas que dividiram-se entre o “sim”, impulsionado sobretudo pela Frente Amplio, e o “não”, protagonizado pela coalizão do presidente *Todos Hacia Adelante*. Com premissas de “empoderar a polícia” e gerar “garantia para os cidadãos”, a *LUC* se caracteriza por integrar mais uma ofensiva das políticas neoliberais do governo na prática de cerceamento de direitos sociais. Para além da temática de segurança, a agenda da *LUC* também engloba desmontes na área de educação, trabalho, meio ambiente, saúde e economia. Em entrevista ao *Montevideo Portal*, José Korneziak, ministro da Corte Eleitoral, declarou que o referendo deve acontecer no primeiro semestre de 2022. A este processo complexo, as campanhas e mobilização já começaram a marcar presença nas redes sociais através das *hashtags*: *#VotoSí*, *#SíAlReferendum*.

Resgatando memórias e temporalidades, os estudantes uruguaios voltaram às ruas no dia 14 de agosto para realização da marcha dos “*Mártires Estudiantiles*”. A principal mobilização aconteceu em Montevideo e se estendeu desde *la explanada de la Udelar* até a praça *Primero de Mayo*. A data faz referência ao assassinato de Líber Arce em agosto de 1968, baleado pela polícia em uma manifestação por direitos estudantis. Com 53 anos completos de sua morte, o “*recuerdo*” também luta pela memória e legado de tantos outros estudantes que foram assassinados, torturados e perseguidos pelo terrorismo de Estado impetrado pelo ex-presidente Jorge Pacheco Areco e continuado na ditadura cívico-militar uruguiaia. No período de 1968 a 1984, estima-se que mais de 112 estudantes foram assassinados, enquanto muitos outros ainda seguem no status de desaparecidos. As palavras de ordem levantadas pelos estudantes, como “*la lucha sigue*” e “*que educar no sea um privilegio*”, denunciavam o excesso de desigualdade, a necessidade de defesa da educação e a reprovação do governo Lacalle Pou.

¹ Mestranda pelo PPGRI-UERJ, integra o NETSAL, GIS/UFRJ e o OFRI. Contato: alyssatrotte@icloud.com / trotte.alyssa@posgraduacao.uerj.br

As “*ollas populares*” continuaram a integrar uma frente crucial de mobilizações sociais para o combate à fome e à desigualdade. A *coordinadora popular y solidária* convocou, no dia 17 de setembro, uma mobilização que tinha por centralidade cobrar do Estado trabalho, pão e teto. Com a consigna “*gobierno ausente, ollas presente*”, as denúncias populares suscitadas apontavam a falta de destinação necessária de recursos para impedir o desastre econômico em milhares de famílias. Nesta quarta-feira (29), os trabalhadores da *Federación de Funcionarios de Salud Pública* (FFSP) organizaram uma greve de 24 horas em defesa dos salários e na demanda por melhores condições de trabalho. A dirigente sindical Silvia Machado, líder nacional da FFSP, chamou atenção para a situação de insegurança alimentar vivida pelas crianças no Uruguai. O consumo alimentar mínimo diário, bem como a qualidade e a possibilidade de realizar escolhas dos alimentos ofertados, passam a ser cerceados incessantemente pelas novas políticas implementadas. O direito à alimentação constitui uma das pautas centrais dos movimentos sociais e sindicais uruguaios.

Na reta final desse trimestre, o país foi tomado por marchas e protestos de rua. No dia 22 de setembro, terça-feira, coletivos feministas convocaram o *Alerta Feminista*. Em menos de 72 horas, o Uruguai foi palco de pelo menos 3 feminicídios, de acordo com o meio de comunicação *MediaRed*. Pela memória de Natalia López, 34 anos, Iris Baldi, 84 anos, Lucia Hernández, 19 anos, e outras 21 mulheres assassinadas no Uruguai, as feministas foram às ruas. Através do grito uníssono “*¡Paren de matarnos, el Estado es responsable!*”, os coletivos e as frentes presentes rechaçaram a declaração do *Ministerio del Interior* em que afirmava que para denunciar casos de violência de gênero, era necessário comprovar que o devido agressor tenha violado a vítima. Além disso, também cobravam a responsabilidade estatal pelos feminicídios ocorridos e pela falta de efetividade em impedi-los. Nos dias subsequentes, foram convocadas a Concentração Travesti/Trans (23) e a Marcha pela Diversidade (24). A Concentração Travesti/Trans, organizada no dia da Reivindicação das Identidades Trans, estava nas ruas para exigir o solucionamento e justiça para os casos de *travesticidios* cometidos, sobretudo, entre os anos de 2011 e 2012. Também demandaram o cumprimento integral da *Ley N° 19.684*, conhecida como *Ley Integral para personas trans*, de maneira íntegra e “não débil”. A Marcha Pela Diversidade contou com a consigna “*Estado Ausente, Nuestra Lucha Presente*”, e homenageou Gloria Álvez Mariño, ativista trans uruguiaia, falecida no dia 30 de maio de 2021.

Por fim, a principal central sindical do país, PIT-CNT, convocou um *Paro General* de 24 horas na quarta-feira (15). O *paro* englobou docentes, taxistas, rede de *ollas populares*, trabalhadores rurais, e tantos outros, que mobilizaram-se contra a LUC e o atual governo, reivindicando melhorias salariais e mais empregos. Esta foi a terceira mobilização realizada pelo PIT-CNT desde que Lacalle Pou chegou ao poder.

Venezuela: um feixe de luz em um cenário sombrio

Jefferson Nascimento¹

Embora as crises sanitária e política estejam longe de chegar ao fim na Venezuela, alguns eventos deste trimestre podem significar um primeiro passo rumo à superação delas. No tocante à pandemia, houve um aumento do contágio, porém abaixo da média dos demais países do continente americano, segundo a Organização Pan-americana de Saúde (OPS), e com a manutenção de uma média de menos de 20 mortos por dia. Isso se deve, em partes, ao avanço do processo de vacinação: 5.983.049 pessoas já estão completamente imunizadas, de acordo com dados do governo, o que representa 27% da população venezuelana. Desde o início da pandemia, foram registrados 367.672 casos e 4.554 mortes.

Na relação entre o governo e a oposição, observa-se o arrefecimento das tensões, com o avanço das negociações que vêm ocorrendo no México, com mediação da Noruega. No dia 3 de setembro, representantes dos dois lados se encontraram, após a assinatura de um documento estabelecendo sete pontos de acordo, que versam sobre uma possível anulação das sanções e sobre o fim das iniciativas golpistas de remover o presidente Nicolás Maduro do cargo. O governo se encontra em uma posição mais favorável do que nas tentativas anteriores de diálogo, uma vez que a vitória eleitoral de forças progressistas na região têm resultado no enfraquecimento do Grupo de Lima; ademais, a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos fez com que os setores mais radicais da oposição perdessem legitimidade e o horizonte diplomático se expandisse, dado que a administração de Trump ajudou a sabotar conversas anteriores. Somado a isso, a ONU vem elevando as críticas às sanções econômicas impostas de forma unilateral pelos Estados Unidos, que tem gerado um prejuízo estimado em 130 milhões de dólares para a Venezuela.

A oposição doméstica, por sua vez, permanece dividida, devido à dificuldade de construir uma estratégia coesa que englobe as diferentes agremiações ideológicas e à deterioração da imagem do seu principal líder, o autoproclamado presidente Juan Guaidó, envolvido em escândalos de corrupção. Portanto, diante do enfraquecimento da oposição frente ao governo e da possibilidade de Maduro recuperar certa legitimidade internacional, a Venezuela estaria mais próxima de fechar um acordo com o FMI na ordem de 5,1 bilhões de dólares, que havia sido negado em março. Isso contribuiria para aliviar a pressão da crise econômica, que vem assolando a vida da população.

Tal como temos relatado em edições anteriores do Comunica, uma série de protestos estão ocorrendo cotidianamente no país, em decorrência da degradação dos serviços públicos, das condições de trabalho, salário e da violência estatal, dentre outros motivos. Este trimestre não foi diferente: em julho, foram 671, o que equivale a uma média diária de 22 protestos diários; enquanto em agosto, houve um total de 566, configurando uma média de 18 por dia. Até o fechamento desta edição, ainda não haviam sido disponibilizados os dados de setembro.

A deficiência dos serviços públicos foi uma das principais causas de insatisfação. A saúde pública é possivelmente o setor que mais tem provocado a indignação dos venezuelanos, tendo resultado em manifestações em diversas regiões do país: em frente ao prédio do governo do estado de Lara; no município de Miranda, no estado de Zulia; e em hospitais de Caracas, dentre outras. Nesses casos, reivindica-se a compra de equipamentos médicos e a melhoria nas condições laborais, bem como a provisão de salários mais justos. Em alguns desses protestos, também foi criticada a iniciativa do governo de importar a vacina Abdala, produzida em Cuba, sob a justificativa de que não

¹ Doutorando e mestre em Ciência Política pelo Iesp-Uerj, membro do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br.

existem estudos publicados em revistas científicas provando a eficácia do imunizante, que, segundo cientistas cubanos, seria de 92,28%.

Observamos mobilizações contra a falta de água em diversas regiões do país: em Yabuquiva, no estado de Falcón; em Acarigua e Aruare, municípios localizados no estado da Portuguesa; em Cuá, no estado de Miranda; e na capital Caracas. A falta de energia elétrica também provocou revolta entre habitantes dos municípios de Barcelona, El Callao, Bolívar, Guayana e Tumeremo, todos localizados no estado de Bolívar; e na Ilha de Margarita, em Nueva Esparta. Os repertórios mais comumente utilizados nesses protestos foram o fechamento de vias e a queima de pneus.

Outra adversidade enfrentada pelos venezuelanos é a escassez de combustível veicular. Ironicamente, no país com a maior reserva de petróleo do mundo, um dos seus principais derivados, a gasolina, vem se tornando cada vez mais raro e as filas de abastecimento cada vez mais longas. Verificamos protestos de motoristas nas cidades de Barinas, no estado de Mérida, e de Guarenas, em Miranda. O secretário geral da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros (FUTPV), José Bodas, contudo, advertiu o problema vai permanecer até que haja uma reestruturação profunda da indústria petrolífera, contradizendo o ministro do Petróleo, Tarek El Aissami, que afirmou, no final do trimestre passado, que a demanda interna seria 100% atendida em um curto prazo.

Diferentes categorias profissionais também foram às ruas. Professores ativos e aposentados têm se reunido em diferentes momentos ao longo do trimestre, sobretudo na capital nacional, onde fica o prédio do Ministério da Educação, para protestar não apenas contra os baixos salários e aposentadorias e contra as violações dos direitos humanos praticadas pelas forças de segurança, mas também contra a decisão do governo de retornar com as aulas presenciais a partir de outubro. De acordo com o Sindicato Venezuelano de Maestros (Sinvema), 85% das escolas do país não teriam condições de reabrir em meio à pandemia. Além dos docentes, profissionais da siderurgia, do setor de serviços, funcionários públicos e aposentados e pensionistas da área de telecomunicações se mobilizaram coletivamente. O pagamento de salários, de benefícios, de pensões e aposentadorias, bem como a aceleração do processo de vacinação, foram as principais pautas dessas manifestações.

Além da degradação das condições laborais e de salário, a crise econômica vem impactando fortemente a vida de um dos segmentos da população mais vulneráveis, a população carcerária. Na última semana de julho, no município de Colón, os presos fizeram greve de fome com o intuito de chamar a atenção das autoridades para o atraso no julgamento de suas penas e para as condições desumanas a que estão submetidos. Segundo o Observatório Venezuelano de Prisões (OVP), em 2020, morreram 184 presos por complicações geradas pela covid-19, em meio a um cenário no qual 60% da população carcerária apresenta um quadro severo de desnutrição. A situação tende a piorar, visto que o número de detenções vem crescendo significativamente à medida que a crise se agrava: dados do Centros de Detenção Preventiva (CDP) evidenciam que, nos últimos cinco anos, o total de presos aumentou em 170%. No final de junho, Maduro havia anunciado a criação de uma comissão especial para resolver, no prazo de 60 dias, o problema das superlotações, mas a iniciativa ainda está longe de surtir o efeito esperado.

Parte do caos no sistema penitenciário se deve à repressão estatal, conforme já relatamos em edições anteriores do Comunica. Novamente, neste trimestre, foram denunciados casos de prisão de ativistas, o que provocou a reação de movimentos sociais, e o cerceamento do funcionamento das ONGs. Com a deterioração da economia, a violência policial continua sendo um dos poucos instrumentos do governo para conter a pressão das ruas. O avanço do diálogo entre a oposição e a relativa contenção da pandemia no país acendem um feixe de luz no fim do túnel, mas o retrato do presente ainda é sombrio para a sociedade venezuelana.

Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA VI

julho-setembro/2021

